

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf RÔMULO TORRES RAMIRO

**A crise na Venezuela e os reflexos para o Brasil, nas expressões
política e psicossocial do Poder Nacional.**



Rio de Janeiro

2018

Maj Inf RÔMULO **TORRES RAMIRO**

A crise na Venezuela e os reflexos para o Brasil, nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional.

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula em programa de pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: TC Inf GUILHERME **NAVES PINHEIRO**

Rio de Janeiro

2018

R173c Ramiro, Rômulo Torres

A crise na Venezuela e os reflexos para o Brasil, nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional / Rômulo Torres Ramiro.
—2018.

85 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Guilherme Naves Pinheiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 71-85.

1. VENEZUELA. 2. CRISE. 3. MADURO. 4. RORAIMA I. Título.

CDD 355

MAJ INF RÔMULO TORRES RAMIRO

**A CRISE NA VENEZUELA E OS REFLEXOS PARA O BRASIL, NAS
EXPRESSÕES POLÍTICA E PSICOSSOCIAL DO PODER NACIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

GLAUBER CORRÊA **NETIS** TELES – TC Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

GUILHERME **NAVES** PINHEIRO - TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

PAULO RICARDO **BORGES** DE AGUIAR - TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Ao TC Naves, pelas precisas e oportunas orientações durante a confecção deste trabalho. A maneira como norteou meus esforços tornou mais explícito os reais caminhos a seguir nesta pesquisa.

Aos meus pais, Valdísio Ramiro da Costa e Clara de Assis Araújo Torres, pela educação que me dispensaram durante toda a minha vida, um insumo vital para a superação de todos os desafios que tive, inclusive este trabalho.

À minha esposa e ao meu filho, que representam o meu grande esteio, minha base, que me dão estímulo para a superação de todos os obstáculos que se apresentam, sendo, ainda, fontes de inspiração para a procura incessante do êxito.

RESUMO

Pretende-se, nesta pesquisa, abordar a crise que vivencia a Venezuela e seus reais impactos para o Brasil. Antes de abordar esse assunto, para a real compreensão da análise aqui desenvolvida, aspectos históricos que antecederam a crise venezuelana, e seu desenrolar, foram explicitados, deixando claro como se deu tal crise. Diante disso, vários foram os serviços essenciais que a República Bolivariana da Venezuela (RBV) deixou de fornecer a sua população nativa, assim como os estados fracassados. Portanto, uma análise da Venezuela à guisa do conceito de Estado Falido foi feito, apresentando as similitudes entre ambos. Dentre os vários impactos sofridos pelo Brasil relativos ao caos que a Venezuela tem vivido, a migração é o mais relevante, causando algumas celeumas entre os governos do Brasil e da Venezuela. Dessa forma, foi elucidado um breve histórico das relações bilaterais a partir da década de 1980, com o advento do Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), trecho que dá base para o entendimento do quão as relações bilaterais entre esses dois países foram alteradas com a incidência da crise em pauta. Ainda, diante do relevante fluxo migratório venezuelano para o Brasil, fez-se mister clarificar as situações jurídicas nas quais esses imigrantes se enquadravam, destacando os aspectos legais criados pelo Brasil para adaptar-se a esse panorama e também para amoldar sua legislação à internacional. Em seguida, após formar uma base de conhecimentos que orbitam no entorno do assunto principal, são esclarecidas as consequências principais que o colapso estatal venezuelano tem promovido para o estado brasileiro, nas expressões política e psicossocial do poder nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Venezuela, Crise, Maduro, Imigração e Roraima.

ABSTRACT

It is intended, in this research, to address the crisis experienced by Venezuela and its real impacts on Brazil. Before addressing this issue, for the real understanding of the analysis developed herein, historical aspects that preceded the Venezuelan crisis, and its unfolding, were made explicit, making clear how such crisis occurred. In view of this, several essential services were provided by the Bolivarian Republic of Venezuela (BRV) to its native population, as well as the failed states. Therefore, an analysis of Venezuela in the guise of the concept of Failed State was made, presenting the similarities between both. Among the various impacts suffered by Brazil related to the chaos that Venezuela has been experiencing, migration is the most relevant, causing some confusion among the governments of Brazil and Venezuela. Thus, a brief history of bilateral relations was elucidated from the 1980s, with the advent of the Amazon Cooperation Treaty (ACT), which provided a basis for understanding how bilateral relations between these two countries have changed with the incidence of the crisis on the agenda. Also, in view of the significant flow of Venezuelan migrants to Brazil, it was necessary to clarify the legal situations in which these immigrants fit in, highlighting the legal aspects created by Brazil to adapt to this situation and also to adapt its legislation to International. Then, after forming a knowledge base that orbit around the main subject, the main consequences that the Venezuelan state collapse has promoted for the Brazilian state, in the political and psychosocial expressions of the national power, are clarified.

Keywords: Venezuela, Crisis, Maduro, Immigration and Roraima.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Ação Democrática
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
AS	América do Sul
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNE	Conselho Nacional Eleitoral
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitora Independente
CVT	Confederação Venezuelana dos Trabalhadores
EDELCA	Eletronorte e <i>Electrificación del Caroní</i>
EI	Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
FANB	Força Armada Nacional Bolivariana
FARC	Força Armada Revolucionária da Colômbia
FFP	<i>Fund for Peace</i>
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNB	Milícia Nacional Bolivariana
MUD	Mesa da Unidade Democrática
MVR	Movimento Quinta República
OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Organizações Intergovernamentais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDVSA	Petróleo da Venezuela Sociedade Anônima
PEB	Política Externa Brasileira
PF	Polícia Federal

PIB	Produto Interno Bruto
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
RBV	República Bolivariana da Venezuela
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TSJ	Tribunal Superior de Justiça
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	16
1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	16
2 METODOLOGIA	17
2.1 TIPO DE PESQUISA	17
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA	18
2.3 COLETA DE DADOS	19
2.4 TRATAMENTO DOS DADOS	20
2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	21
3 DOS ANTECEDENTES À CRISE VENEZUELANA	22
4 A VENEZUELA CONFIGURA UM ESTADO FALIDO?	32
5 RELAÇÕES DO BRASIL COM A VENEZUELA	40
6 ASPECTOS LEGAIS INTERNACIONAIS E BRASILEIROS ACERCA DOS REFUGIADOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	48
7 REFLEXOS DA CRISE VENEZUELANA PARA O BRASIL	54
7.1 EXPRESSÃO POLÍTICA.....	54
7.2 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL	60
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A Venezuela vem vivenciando uma crise desde 2013, que teve início precisamente nos últimos meses do mandato de Hugo Chávez. Esse penoso período pelo qual os venezuelanos estão passando tem causado grandes impactos nos setores socioeconômicos de seu país, processo que vem arruinando essa nação ao longo dos anos, atingindo, assim, o governo do presidente Nicolás Maduro e outras nações, dentre elas o Brasil.

A República Bolivariana da Venezuela (RBV) é um país localizado na porção norte da América do Sul (AS), sendo constituído por muitas ilhas no Mar do Caribe e por uma parte continental, tendo como sua capital e principal cidade Caracas, sendo esta a maior aglomeração urbana do país. Faz fronteira com o Mar do Caribe a norte, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e a leste com a Guiana. Ressalta-se o fato de ser um país riquíssimo em recursos naturais, sendo detentor de uma das maiores reservas de gás natural, petróleo e minérios. Destaca-se, ainda, por possuir a maior reserva provada de petróleo do mundo, recurso este que é o dinamismo de sua economia.

Essa crise vem afetando o dia-a-dia dos venezuelanos em vários patamares, como o crescimento desenfreado do desemprego, o que causou o nascimento de movimentos sociais que objetivam a mudança na economia e no modo de produção, assim como protestos contra o sistema político vigente, demandando uma renovação democrática.

Tal colapso também se caracterizou por corrupção política, escassez de diversos produtos básicos, fechamento de empresas e degradação da produtividade e da concorrência. Estes são alguns problemas que contribuíram para a piora da crise, sendo que o fator primordial para esse quadro foi a desvalorização do preço do recurso energético mais importante para sua economia, o petróleo.

Desde 2014, o preço do petróleo caiu pela metade, fato que foi marcante para a escalada da crise venezuelana. Este cenário deixou esse país vulnerável aos acontecimentos internacionais e entravado drasticamente para dar consecução aos diversos programas sociais encampados pelos governos bolivarianos de Chávez e Maduro, como o programa *Gran Misión Vivienda*, que viabilizava a aquisição de residências populares para as populações de baixa renda, emulando a iniciativa brasileira “Minha Casa Minha Vida”. Acerca da crise, explana Welle (2015):

A receita da Venezuela chega a depender 96% da venda de petróleo bruto. Com ela, o país financia as importações de quase todas as outras mercadorias. Mas o preço do petróleo está atualmente tão baixo quanto em maio de 2009. [...] o barril venezuelano está até mesmo abaixo dos 50 dólares.

Contudo, durante os tempos áureos do petróleo, nos quais o preço do barril estava alto, Chávez, ao invés de diversificar a economia nacional e diminuir a dependência econômica quanto à venda desse recurso, resolveu seguir outros rumos, mais calcados com sua política populista, social e assistencialista e com o que ele chamava de “Socialismo do Século XXI”¹. Assim, o país continuou no *status quo*, ou seja, em total despreparo para o fato que ocorrera, que foi a queda abrupta do preço do petróleo.

Mesmo que petróleo não seja dinheiro, o governo venezuelano gastou seu dinheiro como se fosse petróleo. A falta de transparência dificulta que se determine números exatos sobre os gastos. O que é certo, porém, é que **Chávez colocou o ouro negro no centro de sua economia: mais de 90% das exportações da Venezuela** e aproximadamente metade da receita do governo vêm do petróleo. (SCHUSTER, 2017, grifo nosso).

Diante desse tenebroso quadro venezuelano, com severas consequências para seu povo, sua economia e também para seus vizinhos, como o Brasil, resta-nos pensar se o Estado Venezuelano tem capacidade de tomar atitudes eficazes face à crise instalada, permitindo uma melhora. Essa aptidão ou inaptidão do Governo Maduro de saber gerenciar o colapso vivido é importante para caracterizar a Venezuelana como um Estado falido ou não.

Com efeito, o advento do 11 de Setembro trouxe à tona a temática dos Estados Fracassados ou falidos, cuja gravidade aumenta se for levado em conta que mais de dois bilhões de pessoas vivem em Estados em perigo de colapso. (FOREIGN POLICY; FUND FOR PEACE, 2005).

Segundo Loescher e Milner (2005), os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono levaram os EUA e seus aliados a dar mais atenção às políticas de segurança internacional a partir do prisma dos Estados falidos. Esse cuidado especial

¹ Seria, segundo O Globo (2013), o viés político capaz de resolver o que nem o capitalismo industrial e nem o socialismo real conseguiu resolver. Seria a solução para problemas, tais como: pobreza, fome, exploração, etc.

com tais Estados, de acordo com Fukuyama (2004), é importante pois o fortalecimento deles traz consequências notáveis para a segurança e paz mundiais.

Dessa forma, é evidente que os Estados Falidos, além de serem palco de atrocidades dentro de seus limites, favorecem os surgimentos de atores não-estatais que podem provocar ataques no mundo inteiro, tal como ocorreu às Torres Gêmeas pelo grupo terrorista Al-Qaeda.

Nesse contexto, Fukuyama (2004) argumenta que o Estado do Afeganistão estava tão fraco que foi sequestrado por um participante não-estatal, a organização terrorista Al-Qaeda, e serviu de base para operações terroristas globais.

Ainda, que tais atores têm o condão de provocar movimentos populacionais repulsivos nesses estados fracassados, assim como vêm ocorrendo na Síria, onde as barbáries cometidas pelo grupo terrorista Estado Islâmico (EI) são um fator significativo para a emigração da população local para outros países mais estáveis, como os Europeus. (PFRIMER, 2015).

No enfoque do fluxo migratório da Venezuela para o Brasil, Loescher e Milner (2006) asseveram que as situações de refúgio prolongado têm relação muito próxima com o fenômeno da falência estatal, desde o fim da Guerra Fria. E que estas situações tanto podem ser causadas pela falência estatal, como podem contribuir para que o Estado enfraqueça.

Assim, a “securitização” dos Estados recém-saídos de conflitos e fracos é de suma importância para a comunidade internacional e é neste contexto que o pensamento atual de construção da paz deve ser considerado. (NEWMAN; PARIS; RICHMOND, 2009).

Ademais, intencionando fornecer um maior arcabouço teórico para a pesquisa, este trabalho versa também sobre o conceito de “Falência Estatal”, enumerando as características mais evidentes desse instituto.

Além disso, apresenta-se a escalada da crise e a atual conjuntura venezuelana, dos antecedentes à crise, buscando examinar se o quadro desse país se assemelha com as características de Estados Falidos, já que tais Estados provocam um cenário de instabilidades que geram impactos para outros países, afetando as relações internacionais e a segurança mundial.

Nesse contexto, aborda-se ainda as interações entre o Brasil e a Venezuela, mirando, de maneira histórica, explicar como essas relações ocorriam, principalmente, após a ascensão de Hugo Chávez até os tempos atuais, com o Governo de Nicolás

Maduro. Ao mesmo tempo, procura-se também saber como essas relações foram se alterando e, dentro de um quadro prospectivo, se elas podem ou não evoluir no contexto regional da AS.

As relações bilaterais entre Brasil e Venezuela é um tema corrente e vem ganhando cada vez mais atenção da mídia mundial, principalmente devido aos laços multilaterais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), e também pelo fato da crise venezuelana causar um notório e relevante deslocamento populacional para o Brasil, situação que vem provocando vários problemas para o Estado Brasileiro.

Outrossim, é solar que a crise supra relatada não atinge somente a população local. As decorrências desse problema vivenciado ultrapassam os limites territoriais da Venezuela, produzindo impactos principalmente nos país lindeiros, como o Brasil e Colômbia.

Essa conjuntura venezuelana vem trazendo relevantes reflexos para o Brasil, em diversas expressões do poder nacional, principalmente na seara política e psicossocial.

Na expressão psicossocial do poder nacional, o Brasil vem sendo impactado contundentemente pela crise venezuelana. Este fenômeno vem ocasionando um expressivo movimento migratório de venezuelanos para o Brasil, facilitado pelo fato da fronteira do Brasil com a Venezuela ser seca, situação que dificulta o controle e favorece a porosidade e a entrada de imigrantes. (EL PAÍS, 2017).

Ademais, esse fluxo populacional tem sido relevante, principalmente, para o Estado Brasileiro de Roraima, o qual vem acolhendo grande número de imigrantes venezuelanos, que alcança atualmente cerca de 40 mil, quantidade expressiva diante da população de 522,6 mil desse Estado. (FOLHAWEB, 2017).

A capital de Roraima, Boa Vista, é o município que mais vem sofrendo com esse movimento populacional estrangeiro. Com cerca de 330 mil habitantes, os venezuelanos representam aproximadamente 10% da população dessa cidade, cenário que aumenta as demandas em diversos setores públicos, causando impactos severos principalmente sobre a saúde pública e no sistema educacional. (COSTA; BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018).

Outro município roraimense que vem sendo vitimizado pela crise da Venezuela é Pacaraima. Por situar-se na fronteira seca com a Venezuela, é a principal “porta de

entrada” de venezuelanos no Brasil. Assim como vem ocorrendo em Boa Vista, Pacaraima vem sofrendo graves reflexos devido a esse fluxo de venezuelanos, panorama que vem afetando serviços públicos como: educação, saúde e segurança pública. (CHAVES, 2018).

Acerca da expressão política do Poder Nacional, o Brasil também vem sendo induzido a tomar uma série de medidas frente as consequências trazidas pela crise venezuelana. Tais ações do Estado Brasileiro vem mirando a resolução pacífica das controvérsias na Venezuela, contudo, devido ao isolamento do Governo de Maduro, que tem se mostrado avesso a qualquer diálogo, os posicionamentos do Governo Temer têm se mostrado mais enérgicos, por meio de críticas abertas ao regime de Maduro (LAFUENTE, 2017) e, segundo Mello (2017), também com a expulsão da Venezuela do Mercosul.

O Governo do Presidente Michel Temer condenou abertamente o governo autoritário de Maduro e suas medidas antidemocráticas, contribuindo para que a Venezuela sofresse restrições em relação ao MERCOSUL. Somado a isso, a falta de alinhamento ideológico entre os Governos brasileiro e venezuelano deixou a relação mais cáustica ainda. (G1, 2017).

Tal como noticiou o site Exame (2017), essas discordâncias entre os governos brasileiro e venezuelano culminaram com a expulsão do diplomata brasileiro da Venezuela, o qual fora considerado *persona non grata*². Em reação, o Itamaraty também tomou o mesmo procedimento em relação ao diplomata venezuelano.

Assim, acima foram destacados alguns reflexos para o Brasil nas duas expressões do poder nacional supra elencadas, a título exemplificativo, tornando mais verossímil a afirmação de que o Brasil vem sendo impactado pelo transbordamento da crise venezuelana.

Diante disso, constata-se que a crise que tem sido experienciada pela Venezuela provoca vários reflexos, principalmente nos países fronteiriços. Nesse mister, destaca-se o excessivo fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, dentre outros impactos.

² Diplomata estrangeiro considerado inaceitável pelo governo credenciador.

1.1 O PROBLEMA

Envolto nesse cenário de crise instalada na Venezuela, com graves fissuras nos corpos político, social e econômico desse Estado, que insurgiu a problemática que norteia esta pesquisa:

Quais são os reflexos nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional, absorvidos pelo Brasil, decorrentes da crise instalada na Venezuela?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo objetivou identificar os reflexos para o Brasil da crise estatal venezuelana.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com o fito de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, levantou-se objetivos específicos para a consecução do fim deste estudo, os quais são transcritos abaixo:

- a. apresentar as razões que levaram à crise venezuelana, os antecedentes;
- b. apresentar conceitos relativos aos Estados Falidos e sua correspondência ou não com o Estado Venezuelano;
- c. identificar as relações do Brasil com a Venezuela; e
- d. expor os reflexos para o Brasil nas expressões psicossocial e política do Poder Nacional, decorrentes da crise em pauta, abordando também aspectos acerca do arcabouço legal internacional e Brasileiro no tocante a refugiados e fluxos migratórios.

Almejou-se que o problema do estudo seja elucidado por meio do conseguimento dos objetivos intermediários supra elencados. Contudo, faz-se mister destacar que a crise venezuelana está em processamento e que outras consequências podem surgir para o Brasil ao término deste trabalho.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Segundo Vergara (2009), delimitação aborda as fronteiras concernentes às variáveis, aos pontos que serão abordados, ao corte (transversal ou longitudinal), ao período objeto da investigação, como, por exemplo, séries históricas, períodos de mudança planejada e outros.

Este trabalho elucidou a escalada da crise venezuelana, esclarecendo suas reais motivações, a partir da assunção de Hugo Chávez como presidente, até o período atual, notadamente até a expulsão de venezuelanos do Brasil em Pacaraima, na fronteira entre ambos países, em 18 de agosto de 2018. O esforço maior foi no sentido de se apurar a magnitude desse cenário e, se possível, fazer uma exposição de alguma visão prospectiva deste autor.

Além disso, observou-se os reais efeitos de tal crise, nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional, para o Brasil. Assim, o espaço estudado compreendeu o Brasil e a Venezuela, países fronteiriços sobre os quais foram explicitadas as relações bilaterais na conjuntura atual, focando nas consequências para o Brasil relativas à crise supra destacada.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A Venezuela, nos últimos anos, durante o governo do presidente Hugo Chávez, implementou uma série de políticas sociais mescladas com o populismo inerente à figura desse Chefe de Estado, que causou uma série de inconsistências e provocou um colapso no Estado Venezuelano.

Foi latente a preocupação em ganhar apoio popular por meio de um crescente gasto público com medidas assistencialistas não somente para seu país, mas também para outros na América Latina.

Chávez viveu o apogeu no momento em que o petróleo, a mola mestra de sua economia, estava com elevados preços. Conseguiu implementar suas políticas públicas e aumentar sua influência no seu entorno estratégico. Entretanto, não contava com a especulação e baixa exponencial do valor do petróleo, fato que estimulou primordialmente a crise que se vive na Venezuela até os dias atuais.

Diante dessa caótica conjuntura, a Venezuela tem sido palco de diversos entraves econômicos, políticos e sociais que ganharam a atenção da mídia mundial.

Alguns fatos que atraíram a atenção do mundo foram: a atitude ditatorial do presidente Nicolas Maduro, o flagrante desrespeito aos direitos humanos, a instauração de um regime antidemocrático e a maciça diáspora dos venezuelanos para o Brasil.

Portanto, este estudo adquiriu importância de maneira que ataca os reflexos da crise na Venezuela para o Brasil, favorecendo o esclarecimento do assunto, principalmente relativos às seguintes expressões do Poder Nacional: política e psicossocial.

Outrossim, vale salientar a notoriedade do assunto não somente porque ele provoca impactos diretos para o Brasil, mas também pois envolve um problema recorrente nos dias atuais: os movimentos migratórios.

Desse modo, a pesquisa cobriu-se de importância pois o leitor identifica alguns problemas mundiais, de magnitude intercontinentais, na América do Sul, relativizando, sopesando as reais motivações e consequências dos mesmos.

Por derradeiro, importa aclarar que o assunto em questão está em processamento, ou seja, a crise venezuelana prossegue.

Em suma, a leitura dessa obra é um terreno fértil para que o leitor possa fazer prospecções, conjecturas acerca do incremento ou desaceleração desse colapso estatal e também do nível de impactos que poderão ser absorvidos pelo Brasil.

2 METODOLOGIA

Esta seção tem por meta descortinar a direção que se pretende seguir para resolver o problema de pesquisa, mencionando os processos requeridos para atingir os objetivos geral e específicos retro apresentados.

Portanto, ordenando logicamente este capítulo, convencionou-se estruturá-lo do seguinte modo: 1) Tipo de pesquisa; 2) Universo e amostra; 3) Coleta de dados; 4) Tratamento dos dados; e 5) Limitações do método.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Acerca da maneira de abordar o problema neste trabalho, foi utilizada, quanto à forma, a pesquisa qualitativa, que dispensa o uso de técnicas estatísticas.

Neves e Domingues (2007) ratificam a pesquisa como qualitativa devido à

técnica de abordagem, pois o pesquisador, que é parte integrante do processo, interpreta os fenômenos e atribui-lhes significados.

No tocante ao alcance do objetivo geral, esta pesquisa foi descritiva, pois evidencia características de uma população ou fenômeno e estabelecer correlações, e explicativa pois torna os fatos descritos inteligíveis. Outrossim, foi também um trabalho bibliográfico e documental, pois foram utilizados livros, manuais e trabalhos acadêmicos, além de consultas à documentos da Biblioteca da ECEME. (ECEME, 2012).

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Universo se refere ao conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas) possuidores de características que serão objeto de estudo. Já **amostra**, diz respeito a uma parte do universo, escolhida segundo algum critério de representatividade. (VERGARA, 2009, grifo nosso).

Referindo-se a universo, Barbetta (2005), “população é o conjunto de elementos que formam o universo de nosso estudo e que queremos abranger no nosso estudo. São os elementos para os quais desejamos que as conclusões oriundas da pesquisa sejam válidas”.

Desse modo, o universo relativo à consecução desta pesquisa foi o Brasil, especificamente todos os locais do território brasileiro afetados pela crise venezuelana, considerando as expressões psicossocial e política do poder nacional.

Vergara (2009, p. 47-49) assevera que a amostra não probabilística por acessibilidade é optada no momento que se tem melhor acesso às informações.

Sobre tal universo, devido à não relevância de dados estatísticos para esta pesquisa, optou-se por amostras não probabilísticas, que foram, no caso, os cidadãos brasileiros e as instituições que vêm sofrendo algum impacto face ao colapso estatal da Venezuela, sendo tais amostras classificadas por acessibilidade.

Por derradeiro, as amostras por acessibilidade foram captadas em dados de instituições governamentais e multinacionais, além de informações verificadas em estudos acadêmicos científicos e obras que exprimem os fatos do início da crise até os momentos atuais.

2.3 COLETA DE DADOS

O delineamento expressa em linhas gerais o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados (GIL, 2002).

O esboço deste trabalho abordou as etapas de levantamento e seleção da bibliografia; coleta e crítica de dados; leitura e fichamento das informações e discussão dos resultados apurados. Neste ínterim, foram clarificados os diversos conceitos atinentes à leitura da pesquisa, como o de estado falido e o de refugiado. A seguir, foi abordado o histórico da crise, de 2013 até os dias recentes, mirando suas razões e seus reflexos para a Federação Brasileira.

Assim, para a apuração das informações de interesse requeridas, foi escalonada a análise do tema, além da realização de uma revisão de literatura nos moldes a seguir:

a. Fontes de busca

- Sites e artigos científicos da Google Web;
- Livros e monografias da Biblioteca da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME);
- Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES).

b. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

- Foram empregados os seguintes termos: "Crise da Venezuela", "Reflexos para o Brasil" e "Migração venezuelana", respeitando as peculiaridades de cada base de dado. Após a pesquisa eletrônica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram revisadas, no sentido de encontrar artigos não localizados na referida pesquisa.

c. Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português, inglês e espanhol.
- Estudos publicados a partir de 2012 até os dias contemporâneos.
- Estudos qualitativos que descrevem a crise na Venezuela e suas consequências para os Brasil.

d. Critérios de exclusão:

- Estudos cujo foco central não esteja relacionado com a Crise Venezuelana e os reflexos para o Brasil;
- Opiniões de sites jornalísticos amparadas em ideologias; e

- Estudos que utilizam dados estatísticos como principal ferramenta.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados para as metodologias qualitativas, que se fundamentam na especificidade do objeto das ciências sociais, valoriza as manifestações subjetivas e comportamentais para a compreensão dos fenômenos. (AZEVEDO & AZEVEDO, 1994).

Como resultado da natureza do problema, foi utilizada a abordagem que prioriza métodos qualitativos de pesquisa: a fenomenológica. Deste modo, executou-se um trabalho de interpretação dos dados alcançados em confrontação com os resultados das pesquisas bibliográficas e documentais, tudo com o condão de permitir a melhor solução para o problema supramencionado.

Logo após, com a análise apurada do conteúdo interpretado obtido, possíveis respostas aos questionamentos do problema da pesquisa apareceram.

Por último, a análise e interpretação dos resultados obtidos foram corolários para resolver a questão-problema retro apresentada.

Os dados obtidos foram tratados por intermédio da análise de conteúdo, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Análise de Dados

DADOS	COLETA	ANÁLISE
Apresentação dos antecedentes da crise até os dias atuais, suas causas, o cenário venezuelano e as consequências para esse país.	LITERATURA	ANÁLISE DE CONTEÚDO
Apresentação das características de um Estado Falido e verificar se a Venezuela se enquadra em tal conceito		
Verificação das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela		
Apresentação dos reflexos da crise venezuelana para o Brasil.		
Apresentação do quão o Brasil foi impactado pelo colapso estatal venezuelano		

Fonte: autor.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Acerca da coleta dos dados, vale ressaltar que, como o tema central é recente, houve uma carência de fontes bibliográficas. Contudo, havia diversas notícias jornalísticas e uma quantidade mediana de trabalhos acadêmicos sobre a crise venezuelana. Deste modo, esta pesquisa pretendeu somar esforços para a execução de futuros trabalhos científicos.

Ademais, é importante lembrar que o assunto está em processamento, ou seja, o cenário combalido da Venezuela ainda continua, juntamente com todos os seus reflexos, que estão transbordando suas fronteiras. Assim, o grau de incerteza aumenta e torna mais árduo tecer conclusões precisas acerca da temática em estudo.

3 DOS ANTECEDENTES À CRISE VENEZUELANA

Assume relevante importância a compreensão de todos os fatos que estão envolvidos para a **promoção da crise venezuelana e as consequências** para esse país, sendo essa fase importante para clarear o quanto esse colapso estatal veio afetar nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional do Brasil.

Deve-se fazer “uma revisão da literatura existente, no que concerne não só ao acervo de teorias e a suas críticas, como também aos trabalhos realizados que as tomam como referência” (VERGARA, 2009, p. 29).

O conhecimento dos antecedentes da crise venezuelana é vital para compreensão da situação atual. Segundo Edmund Burke, pensador irlandês do século XVIII, “Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la”.³

Sobre o esclarecimento do que venha a ser antecedente, o sítio eletrônico significado.com aduz que é “aquilo que precede, que precede ou que é anterior a uma coisa. [...] pode se referir a uma ação, fato, provérbio ou circunstância que permite entender ou valorizar eventos subsequentes.”

Acerca do conceito de crise, no Grego clássico, a palavra *krisis* reproduzia à noção de “juízo” no sentido de momento definidor. É no âmbito da medicina que esta noção de crise se forma em primeiro lugar, pela importância e necessidade de tomar decisões em contextos de extrema urgência. Neste enfoque, a palavra descreve **uma situação crítica em que uma modificação súbita da condição geral** do paciente pode resultar na morte, pela degradação irreversível do seu estado clínico (ESCORREGA, 2010, grifo nosso).

Segundo o dicionário de língua portuguesa Aurélio, “crise é uma “[...] manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio” (FERREIRA, 1999, p. 581).

Dessa forma, feitas as considerações conceituais supra, faz-se necessário observar a crise venezuelana a partir da ascensão de Chávez ao poder, pois foi nas mãos desse governante que a decadência estatal venezuelana se iniciou.

Do ponto de vista democrático, um marco, nesse mister, a ser considerado, foi o Pacto *Punto Fijo*, por meio do qual o poder passou a ser partilhado entre os dois principais partidos políticos: Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitora Independente (COPEI). Ou seja, tratava-se de uma democracia assaz

³ Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTk0MzQyNQ/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

débil. No entanto, esse pacto proporcionou certa estabilidade política ao passo que o preço do petróleo protegia a economia do país. Esse “período democrático” perdurou de 1958 a 1998, tendo a população excluída do ponto de vista político e o país mais ainda dependente economicamente do petróleo. (MIGOWSKI, 2017).

O modelo oligárquico não permitia que a renda gerada chegasse à maior parte da população, cenário que piorou com a chegada do neoliberalismo na Venezuela. Neste contexto, o então presidente Carlos Peres, com o fito de estabilizar a economia, implementou uma política de austeridade que gerou diversos reveses sociais e revoltas, fatos que fizeram com que Peres convocasse o Exército para avalizar seu governo. É neste período que a esquerda tenta derrubá-lo, sendo que um desses golpes fora orquestrado por um coronel das forças armadas, Hugo Chávez Frias. Este militar foi preso e pelo fato de ter assumido publicamente a responsabilidade pela conspiração, ganhou bastante popularidade no patamar nacional. (MIGOWSKI, 2017).

Nesse contexto, em dezembro de 1998, Hugo Chávez, candidato do Movimento Quinta República (MVR), ganhou a eleição de maneira esmagadora, com 56,2% dos votos. Logo emite um discurso centrado na necessidade de mudanças. A presidência para Chávez significava não somente o controle do petróleo, mas uma clara derrota do modelo neoliberal outrora implantado. (SADER, 2011).

No ano seguinte, ao assumir o poder, Chávez convocou um plebiscito para aprovar a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte e o povo decidiu apoiá-lo. Ao término dos trabalhos de confecção dessa nova constituição, Chávez submeteu a mesma ao referendo popular, obtendo êxito ao término de 1999. Pelo novo texto, foi criado o cargo de vice-presidente, no entanto esta função não dispõe de mandato, não era eleito pelo povo, era uma nomeação do Presidente da República. (LAGO, 2013).

Sob o novo manto constitucional, Chávez convocou eleições presidenciais em 2000 e foi “reeleito”, renovando seu mandato, cujo período passaria de cinco para seis anos, começando a contagem a partir da nova posse, em janeiro de 2001. Desse modo, Hugo Chávez prolongou seu mandato, que terminaria em 2005, para janeiro de 2007. Ressalta-se que, pelas novas regras, desconsiderando as eleições de 2000, que apenas ratificou a sua eleição, Chávez poderia disputar uma única reeleição. (LAGO, 2013).

Sob o manto dessas novas regras, em 2001, Chávez foi beneficiado por uma excessiva concentração de poder, demonstrada pelo fato dele começar a legislar por meio de Leis Habilitantes, sobre qualquer matéria. Assim, nesse contexto, foram

aprovadas a Lei de Hidrocarbonetos, que norteou novas medidas no setor petrolífero, e Lei de Terras, que versou sobre a reforma e desenvolvimento agrário do país. (VILLA, 2005).

Em abril de 2002, Chávez sofreu um rápido golpe de Estado após a população venezuelana aderir a uma greve geral que durou dois dias. Tal *paro* foi convocada pela CTV (Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, o maior sindicato do país) e pela Fedecámaras (maior associação comercial venezuelana), associada por um longo protesto dos funcionários da PDVSA que haviam sido demitidos. Nesse evento, militares anunciaram a renúncia de Chávez e empossaram Pedro Carmona. Contudo, também apoiado por outro setor militar e por simpatizantes, o vice de Chávez, Diosdado Cabello, assume a Presidência no dia 13 de abril e diz que fica no poder até que Chávez reapareça para assumir suas funções ou renunciar oficialmente ao cargo. No entanto, horas depois, Hugo Chávez reaparece e reassume o governo de seu país. (BRASLAUSKAS, 2002).

No mesmo ano, em dezembro, uma outra greve geral em toda a Venezuela ocorreu, derrubando a produção de petróleo do país. Nesse panorama, vários protestos aconteceram nas regiões centrais de Caracas, onde viviam as classes média e alta. Depois de 17 dias de greve, oposição e chavistas continuam saindo às ruas para manifestações. No dia 16, o trânsito de várias ruas ficou bloqueado e a polícia teve que usar balas de borracha e gás lacrimogêneo para evitar maiores conflitos. A Venezuela estava às margens de uma guerra civil. Sobre os impactos dessa paralização, observemos abaixo.

A greve mobiliza grande quantidade de trabalhadores da indústria petrolífera. Sindicalistas dizem que mais de 80% da indústria petrolífera venezuelana está paralisada e o presidente Chávez chegou a admitir que a greve afeta a produção de petróleo da Venezuela e que pode atingir as exportações. Números oficiais revelam que **a indústria petrolífera venezuelana - a quinta maior do mundo - está perdendo aproximadamente US\$ 40 milhões por dia devido à greve.** (TERRA, 2002, grifo nosso).

Em 03 de fevereiro de 2003, após cerca de 63 dias de greve, este evento deu-se por terminado e não obteve seu desiderato de provocar a renúncia de Chávez. Ele deu-se por vitorioso perante as ações da oposição. Contudo, os líderes da oposição declararam-se esperançosos por uma antecipação do processo eleitoral. (BBC, 2003)

Devido à mediação da OEA, Chávez e a oposição firmaram um acordo pelo qual até a metade do período de Chávez a frente do país, a oposição poderia solicitar o

referendo para que se fosse decidido se o presidente completaria ou não seu mandato. (BBC, 2003).

Já em 2004, a oposição empreende uma campanha para conseguir um referendo revogatório contra o mandato presidencial de Chávez. O poder eleitoral valida a solicitação dos opositoristas e essa consulta popular ocorreu, tendo como resultado final a ratificação de Chávez no poder. Como decorrência dessa vitória chavista, a oposição perdeu muito espaço e poder de negociação, corroborando a manutenção de Chávez no poder e tornando clara a impossibilidade de uma alternância no cargo presidencial ocupado por ele. (ELMUNDO.ES, 2004).

Por outro lado, no biênio 2004-2005, a Venezuela apresentou considerável crescimento econômico no contexto da América Latina, de acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Tal resultado cooperou com a redução do desemprego e do trabalho informal e contribuiu para reais ganhos remuneratórios. Tal performance econômica e cenário apresentado só foram possíveis graças ao aumento dos preços do petróleo, tornando crível o implemento de um intenso programa de ação pública social denominado “missões sociais” voltado para assistência das classes baixas. Essa iniciativa colaborou para o aumento do apoio popular em relação ao chavismo. (UOL, 2005).

A seguir, Vieira (2016, p. 41) ressalta alguns exemplos dessas missões.

A **Missión Barrio Adentro**, num convênio entre Venezuela e Cuba para levar médicos cubanos a bairros pobres da Venezuela; **Missión Robinson**, missão educativa para erradicar o analfabetismo no país (também **Missión Ribas e Sucre** de bolsas de estudo universitário); **Missión Mercal**, com o objetivo de construir armazéns e supermercados com alimentos de primeira necessidade a baixos preços, e com isso beneficiar as cooperativas do país em detrimento das grandes empresas monopolistas internacionais do setor alimentício; **Missión Madres del Barrio**, de apoio a mães em dificuldade econômica; **Missión Negra Hipólita**, de apoio a pessoas e crianças de rua; **Missión Piar**, para criar cooperativas e comitês de construções de casas, recuperação ambiental etc; **Missión Vuelvan Caracas**, com o objetivo de transformar a estrutura produtiva do país, criar emprego produtivo e superar a dependência petroleira, e a **Missión Zamora**, com o intuito de dar conteúdo ao artigo 307 da Constituição, que estabelecia a abolição do latifúndio. (grifo nosso)

Vale destacar que, ainda em 2005, Chávez termina o programa de intercâmbio militar bilateral de 1951 com os EUA, fomentando uma política externa contra os norte-americanos. Ainda, a oposição resolveu boicotar as eleições parlamentares e os partidários de Hugo Chávez ocupam os 167 assentos da Assembleia Nacional, passando a governar sem oposição. (EFE, 2013).

Em 2006, a PDVSA tomou o controle e nacionalizou mais de 32 campos de petróleo venezuelanos, antes operados por empresas estrangeiras. Estas foram obrigadas a formar *joint-ventures*⁴ com a estatal venezuelana, que ficou sendo a maior acionista. Na sequência, foi aprovada na Assembleia Nacional a proposta que aumentou os impostos sobre a exploração de petróleo na Venezuela, aumentando a arrecadação fiscal de Chávez nesse setor. (ILUMINA, 2006).

Vale destacar que ainda em 2006, Chávez foi reeleito presidente para um mandato de mais 6 (seis) anos. Em dezembro, anuncia a criação de um partido único sob o nome Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). (EFE, 2013).

No novo mandato, as políticas de Chávez em direção às classes populares continuaram a ser o dínamo de seu governo. Programas sociais, aumento da participação na vida política, dentre outras, serviram para aumentar o apoio dessa classe ao chavismo. Ele levantava a bandeira da Revolução Bolivariana a medida que a receita do petróleo lhe proporcionava receitas para tais ações sociais. (LOPES, 2009).

No ano de 2007, Hugo Chávez anunciou que tudo que fora privatizado seria nacionalizado. A partir daí, o Estado Venezuelano, por meio da PDVSA, assumiu o controle operacional das atividades primárias relacionadas aos hidrocarbonetos no Cinturão do Orinoco, centro do país, iniciando o processo de nacionalização. Outra ação que demonstrou o interesse do chavismo em restringir a liberdade de expressão foi o fato de não renovar a permissão da estação de rádio privada RCTV, deixando essa de ir ao ar a partir de então. Por derradeiro importante também foi a tentativa de Chávez de incluir uma reforma constitucional para tornar legal a reeleição ilimitada, situação que lhe fora desfavorável, já que 50,7% dos venezuelanos disseram não a reeleição presidencial. (EFE, 2013).

Contudo, certas derrotas de Chávez, como a acima citada, não foram obstáculos para que ele conseguisse seus desígnios. Assim, as diversas leis derrotadas nas urnas foram colocadas em prática por meio das Leis Habilitantes, promulgadas pelo Presidente. Neste caso, houve uma deturpação das funções do Executivo que, na

⁴ *Joint venture* é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro. (Definição do sítio eletrônico SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.significados.com.br/joint-venture/>. Acesso em: 26 Maio 2018.

Venezuela, permitiu a esse poder legislar sem o devido contrapeso dos demais poderes e sem a anuência do eleitorado. (FRANCO, 2010).

De acordo com Pádua [200?], por intermédio da Lei Habilitante nº 6.239, de 22 de julho de 2008, Chávez criou a Milícia Nacional Bolivariana (MNB), um braço armado paralelo às Forças Armadas Nacionais Bolivariana (FANB). Essa milícia, subordinada diretamente ao Presidente da República, tinha e tem como missão complementar às ações das FANB na defesa integral do território, garantindo a soberania e a independência nacionais. Na prática, nos dias atuais, a MNB tem sido utilizada para coibir protestos e tentar manter a ordem pública no país. Com isso, caso houvesse alguma tentativa de golpe contra o chavismo, haveria uma ruptura institucional e uma severa guerra civil de catastróficas consequências.

Nesse mesmo ano, em meio a uma crise com a Colômbia em torno das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Chávez ordenou a retirada de seu serviço diplomático da Colômbia e determinou que suas Forças Armadas ocupassem a fronteira com aquele país. Contudo, essa querela foi solvida com a reconciliação entre esses países. Além disso, a Venezuela expulsou o embaixador dos EUA, aumentando o tom do discurso contra os norte-americanos. (EFE, 2013).

Em janeiro de 2009, a Assembleia Nacional Venezuelana aprovou um referendo para decidir sobre a possibilidade de reeleições sem limites no país. Após a realização dessa consulta popular, Chávez conquistou o direito a ser reeleito nas próximas eleições, por meio de uma emenda constitucional que chancelou o fim do limite para reeleição aos cargos públicos na Venezuela. (JARDIM, 2009).

Já em 2010, o partido de Hugo Chávez perdeu a maioria qualificada na Assembleia Nacional, cenário que representou um óbice ao governo chavista no tocante a aprovação de leis de seu interesse. (PRESSE, 2010).

No ano subsequente, Chávez começou a apresentar complicações em sua saúde, situação que fez com que fosse operado em duas oportunidades em Cuba. Ao término de 2011, ele declarou que derrotou o câncer e que alguma versão contrária seria considerada golpe. (EFE, 2011).

Em dezembro de 2012, Chávez foi reeleito, mas devido ao agravamento de sua doença, retirou-se para Cuba para tratar de sua saúde, não chegando a assumir oficialmente o novo mandato, passando os últimos meses daquele ano sob tratamento. Ademais, anunciou que se submeteria a uma nova intervenção cirúrgica

e pediu que, se lhe acontecesse algo, que o vice-presidente, Nicolás Maduro, fosse apoiado como seu sucessor. (EXAME, 2013).

Em 05 de março de 2013, após quatorze anos no poder da Venezuela, Hugo Chávez Frias veio a falecer. Tal cenário estabeleceu um ambiente de dúvidas quanto a sua sucessão. No entanto, observando que ainda estava vigente o mandato de Chávez e que Nicolás Maduro era o vice-presidente, este, apoiado por políticos, assumiu o cargo e convocou novas eleições presidenciais. Em 15 de abril do mesmo ano, após a realização das eleições presidenciais, Henrique Capriles, da Mesa da Unidade Democrática (MUD), foi derrotado por Nicolás Maduro, do PSUV, que foi eleito presidente da Venezuela (BBC, 2013).

Para Franco (2016), a inflação, a insegurança e a escassez de produtos básicos já eram o contexto da Venezuela em 2014, quando eclodiram as manifestações de estudantes e opositores do governo de Maduro que acabaram em confrontos violentos e a morte de 42 pessoas. No entanto, a situação se agravou. A inflação passou a ser a maior do mundo, segundo o FMI. A escassez de remédios levou o Parlamento a decretar “crise humanitária”. O racionamento de energia, as longas filas nos supermercados e o aumento da criminalidade aumentaram o descontentamento social, os protestos e os saques.

Segundo Prange (2014), a queda do preço do petróleo em 2014 abalou deveras a economia venezuelana, já que a venda desse produto equivale a cerca de 96% de todas as exportações desse país. Tal conjuntura teve impactos na diminuição de aportes financeiros em programas sociais e no aumento de impostos.

No ano seguinte, um acontecimento marcante foi a oposição, com um discurso de empreender um referendo revogatório, ter assumido a maioria no Parlamento, fato que representou uma importante derrota do chavismo. (ELPAIS, 2015).

Nessa conjuntura política conflituosa, Maduro inicia 2016 decretando Estado de Emergência Econômica, por meio do qual realizou uma série de medidas, como: aumentou o salário mínimo, aumentou o preço da gasolina, desvalorizou a moeda nacional, etc. Todo esse cenário foi consequência da queda brusca do petróleo no comércio internacional, recurso que é o dinamismo da economia venezuelana. Várias empresas que produziam pujantemente pararam ou diminuíram drasticamente suas operações por falta de insumos, ausência de receitas para pagar fornecedores e principalmente, pelo fato de terem sido estatizadas. Dentre estas, está a Siderúrgica Sidor, que chegou a produzir 4 milhões de toneladas de aço por ano. Após sua

estatização em 2008, conseguiu alcançar o patamar 75% menor que o anterior. (GLOBO, 2016).

A Venezuela empobreceu rapidamente. [...] 79% dos entrevistados disseram não ter dinheiro para comprar comida ou remédios (se os achassem), 80% para comprar roupas e 65% para pagar a educação. Segundo o próprio Banco Central Venezuelano, o preço dos alimentos subiu 315% em 2015. [...] A Assembleia Nacional, hoje dominada pela oposição, pediu ajuda humanitária à Organização Mundial da Saúde (OMS). (MORAES, 2016)

O novo parlamento, com uma nova composição, foi constituído em 2016, decidindo ignorar a decisão do Tribunal Superior de Justiça (TSJ) que suspendeu a proclamação de quatro deputados. Como reação, o mais alto tribunal da Venezuela decidiu suspender praticamente todos os atos emanados pelo Parlamento. (GLOBO, 2016).

No final da metade do mandato de Maduro, a oposição apresentou um pedido formal perante o CNE para que fosse ativado o referendo revogatório contra o presidente. Após vários meses, o Judiciário decidiu anular essa ação da oposição após receber denúncias de fraude no processo que fora aberto contra o então presidente venezuelano. (OSUL, 2016).

Em 2017, o cenário não ajudou o país. O petróleo continuou desvalorizando, alcançando em outubro o nível mais baixo desse ano. (FORBES, 2017). Este fato econômico tem impactado contundentemente diversos setores do país, causando alguns óbices, como a diminuição das exportações e a escassez de medicamentos e alimentos.

Além disso, uma guerra de poderes tornou-se mais incisiva pois a AN ingressou com uma declaração de “abandono de cargo” pelo fato de Maduro, de acordo com os parlamentares, estava com desempenho aquém do exigido pelo cargo, inclusive desrespeitando direitos humanos e destruindo a economia do país. Diante disso, o TSJ declarou a nulidade de todos os atos da AN, acirrando as disputas. (MARCO, 2017).

Na sequência, com o fim de expurgar de vez a oposição, o TSJ, órgão alinhado com Maduro, resolveu acabar com a imunidade parlamentar da oposição na AN, concedendo ao presidente poderes especiais, deixando o país sem legislativo. (PRESSE, 2017).

Ressalta-se que tal atitude do TSJ provocou várias reações no cenário internacional. Inclusive a ONU, por meio de seu Alto Comissário das Nações Unidas

para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, pediu ao STJ da Venezuela que reconsiderasse a decisão de assumir os poderes do Parlamento. (RAWLINS, 2017)

Ocorreram outras atitudes mais concretas diante da situação venezuelana, encarada pela oposição como um “golpe de Estado”, tais como o encerramento de relações diplomáticas com a Venezuela e a suspensão do país pelo MERCOSUL. Assim, os chavistas reconsideraram o feito diante da pressão internacional.

Contudo, Maduro manteve o foco em enfraquecer a oposição e convocou, “a ferro e fogo”, uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Assim, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) coordenou a votação e, ao seu término, uma nova AN pró-Maduro foi eleita. Vale destacar que a ANC foi constituída em sua totalidade por partidários de Maduro, pois a oposição resolveu boicotar essas eleições. (BBC, 2017).

No quadro atual, Maduro encontra-se consolidado no poder, principalmente após sua reeleição em maio de 2018, ato que representou mais um passo para a consolidação da ditadura na Venezuela. Ressalta-se que esse pleito eleitoral vem sofrendo diversas críticas da oposição e da comunidade internacional pela grande possibilidade de terem ocorrido fraudes. (GLOBO, 2018).

É importante lembrar que, principalmente, de 2014 até 2018, não somente pelas dificuldades nas áreas social, política e econômica, mas também devido aos altíssimos índices de violência, a Venezuela têm sido palco de inúmeros protestos que têm sido combatidos ferozmente pelo governo. Nesses eventos, a resposta de Maduro tem causado muitos feridos e mortos entre os manifestantes. Sem contar os presos políticos que se amontoam nas prisões, muitas clandestinas e sem nenhum respeito aos direitos humanos. Ainda, organismos internacionais têm denunciado a forte repressão contra as manifestações e os flagrantes casos de ultraje dos direitos humanos vividos pelo povo venezuelano, causando, inclusive, um movimento migratório para países vizinhos, como o Brasil. (USI, 2015).

Do exposto, observa-se que a Venezuela vem passando por uma crise sem precedentes, tal como asseveram Santos e Vasconcelos (2016, p. 12):

A falta de alimentos básicos e essenciais afeta diretamente a população venezuelana. As principais imagens da crise que são mostradas nos noticiários são as das filas em torno dos supermercados. A espera pode chegar a várias horas para comprar uma quantidade limitada de produtos da cesta básica. Tal espera também não é garantia da compra dos itens necessários, pois a escassez é um dos grandes problemas da Venezuela atual juntamente com a inflação.

[...]

A atual crise político-econômica vivida na Venezuela atualmente é um reflexo de uma série de episódios que vem ocorrendo no país desde a transição de governo de Hugo Chávez para Nicolás Maduro. A partir da queda do valor comercial do principal expoente da economia nacional, o barril do petróleo, a estabilidade do plano de governo chavista foi abalada e os efeitos acabaram atingindo alguns serviços essenciais para a população.

Destarte, em vista ao que foi exposto, percebe-se que é imprescindível o conhecimento dos antecedentes do atual panorama venezuelano: uma crise Estatal de grandes proporções. Diante desse histórico, pode-se, com mais propriedade, abordar outras questões referentes à caracterização do Estado Venezuelano, como o fato desse país ser ou não um Estado Falido.

4 A VENEZUELA CONFIGURA UM ESTADO FALIDO?

Como corolário para a compreensão da expressão “Estado Falido” e suas nuances, faz-se mister o conhecimento de alguns termos conceituais. Senão vejamos a seguir.

Para Mazzuoli (2011), o Estado é uma instituição criada pelos homens com a finalidade de organizar as diversas atividades humanas dentro de um dado território, ressaltando que todos os Estados que hoje existem são territoriais e fazem valer a sua autoridade sobre as pessoas e as coisas situadas dentro das respectivas fronteiras.

Segundo Ribeiro e Lopes [200-?], para a constituição de um Estado, são necessários “três elementos básicos: uma base territorial, uma comunidade humana estabelecida sobre esta área e uma forma de governo não subordinada a qualquer autoridade exterior.”

De acordo com Jackson e Sorensen (2007), o Estado deve supostamente defender cinco valores: segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar, de modo que se pautem esses valores.

A palavra “falido” aduz algo ou alguém que não conseguiu sucesso; fracassado; relacionamento falido. Ainda, significa também arruinado ou arreventado.⁵

A expressão “Estado Falido”, para Zartman (1995 *apud* SOUZA, 2010), aduz ser uma entidade que não consegue mais realizar as funções que a caracteriza enquanto Estado. Um Estado é a instituição de autoridade política soberana sobre determinado território. Essa definição salienta três funções: o Estado enquanto autoridade soberana – a fonte reconhecida de identidade e a arena da política; o Estado enquanto instituição – e, conseqüentemente, uma organização tangível de tomada de decisões e um símbolo intangível de identidade; e o Estado enquanto garantidor da segurança para sua população.

Feitas as considerações conceituais supra, observemos a seguir os fatos e os argumentos que estão envoltos na origem desses Estados, os elementos caracterizadores dos mesmos e, enfim, se a Venezuela é ou não considerada um Estado Falido, apontando, na sequência, quais os desdobramentos para o Brasil.

⁵ Conceito extraído do sítio eletrônico Dicio: <https://www.dicio.com.br/falido/>. Acesso em: 27 maio 2018.

De acordo com Bijos e Oliveira (2011), novos Estados surgiram ao término da Segunda Guerra Mundial, pois vingava há época uma pressão para se respeitar a autodeterminação dos países e porque as ex-colônias demandavam muito custo aos Estados debilitados pela guerra.

Para Helman e Ratner (1993), o fracasso do Estado tem sua raiz na proliferação de Estados-Nação desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 88 anos, de 1914 a 2002, 137 novos Estados surgiram. Contudo, o fracasso não está apenas ligado ao número de novos Estados e sim à maneira como muitos deles foram constituídos.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial houve um fomento para a descolonização e surgiu uma nova ordem mundial bipolar, na qual eram prevalentes as influências dos EUA e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ambas as potências que surgiram após esse conflito. Nesse sentido, Watson (2004) observa que os dois referidos países ocuparam, no contexto internacional, a posição privilegiada do continente europeu. A ascensão dos mesmos acabou por marcar o início da Guerra Fria.

Para Carment (2003), a Guerra Fria assegurou que a maior parte dos Estados fracos sobrevivesse, já que havia um apoio dos EUA e da URSS. Contudo, com o seu fim, a maior parte desses Estados foi deixada à própria sorte.

Não há dúvida que a Guerra Fria resultou na inserção de vários Estados Falidos no sistema internacional. No entanto, de acordo com o que assevera Zartman (1995), o seu término não apenas dissolveu a ordem bipolar, mas fez com que muitos Estados colapsassem.

Vale salientar que tal tema cresce de relevância após os ataques de 11 de setembro de 2001. Loescher e Milner (2005) argumentam que os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono levaram os EUA e seus aliados a dar mais atenção às políticas de segurança internacional a partir do prisma dos Estados falidos. Sendo assim, esses Estados vêm dando maior importância ao fato de que o vácuo de autoridade e a falência das instituições dão condições para que senhores da guerra, terroristas e a instabilidade crônica, floresçam e emanem de dentro dos Estados falidos.

O fenômeno traz em seu bojo um paradoxo para os estudiosos do sistema internacional: **a segurança mundial deixou de ser ameaçada por Estados com excesso de poder, passando a ser posta em xeque pelo vácuo de poder em determinados Estados.** (QUADROS; QUADROS, 2007, p.1260-1807, grifo nosso).

Apesar da aparente facilidade de se identificar um Estado falido, essa identificação não é tarefa fácil. Woodward (2006) declara que o rótulo “falidos” é aplicado a uma gama surpreendente de circunstâncias políticas.

Nesse sentido, Doornobs (2002) comenta que é difícil postular uma única receita de fracasso estatal. Assim, os diversos autores aplicam diferentes abordagens e terminologias para tratarem do mesmo tema.

Apesar de existirem vários conceitos na literatura versando sobre o fenômeno dos Estados Falidos, o exposto por Krasner (2000) os define com propriedade asseverando que, em alguns países, as estruturas de autoridade entraram totalmente em colapso, ou, se elas existem formalmente, são conchas ocas. Os serviços, como de saúde e educação, são dolorosamente inadequados. Os direitos humanos são ignorados. A infraestrutura se deteriorou. A corrupção é desenfreada. As fronteiras são desreguladas. A moeda nacional foi substituída por dólares ou outro meio de troca internacionalmente reconhecido. O PIB decaiu. A expectativa de vida diminuiu. Direitos humanos básicos são pisoteados. O crime se alastra. Grupos armados operam dentro das fronteiras do Estado, mas fora do controle do governo. A pobreza é endêmica.

Fukuyama (2005) afirma que os Estados Fracassados ou Falidos são aqueles que deixaram de ser eficazes nos seguintes tópicos: defesa, ordem e saúde públicas, proteção dos pobres e do meio ambiente, educação, desenvolvimento industrial e redistribuição de riqueza.

Estados são falidos quando estão consumidos por violência interna, quando perdem a capacidade de prover bens públicos para seus cidadãos, quando o governo perde a credibilidade, e quando o próprio Estado passa a ser questionado e deslegitimado por seus cidadãos. (ROTBURG, 2004).

Para Rotberg (2004), há vários critérios devem ser considerados de maneira conjunta para se avaliar a extensão do enfraquecimento de um Estado. Só assim é possível dizer se o enfraquecimento ou a falência são generalizados ou restritos a alguns setores do Estado.

Thürer (2008), por sua vez, alega que a expressão “Estado Falido” não se refere a uma situação definida, ao invés disso, é utilizada como um rótulo amplo para caracterizar um fenômeno complexo. Assim, ele considera que um Estado é geralmente considerado falido “quando as estruturas de poder, que fornecem apoio político para a lei e a ordem, entram em colapso, sendo acompanhadas por formas anárquicas de violência interna”.

Muito do trabalho desenvolvido por Rotberg (2004) diz respeito a identificar as principais características e os indicadores do enfraquecimento dos Estados. Mediante a verificação do provimento de bens públicos seria possível, para o mesmo autor, apresentar as tipologias abaixo.

- **Estados fortes:** controlariam seus territórios e proporcionariam uma grande gama de bens públicos para sua população.

- **Estados fracos:** apresentariam clivagens étnicas e/ou religiosas que poderiam culminar em conflitos. Teriam capacidade limitada para a distribuição de bens públicos.

- **Estados falidos:** proporcionariam uma quantidade bastante limitada de bens públicos essenciais, como saúde, educação e especialmente segurança. Progressivamente, tais bens passariam a ser distribuídos por atores não estatais, como senhores tribais, grupos religiosos e mesmo organizações terroristas. O poder legislativo não teria capacidade decisória, apenas ratificando as decisões do executivo, enquanto o judiciário poderia ser considerado uma extensão deste último. Por fim, a infraestrutura estaria comprometida e a economia privilegiaria aqueles mais próximos ao poder.

- **Estados em colapso:** seriam versões extremas de Estados falidos. Haveria uma disputa constante pelo controle do governo dentro do território e a segurança e demais bens públicos seriam obtidos via meios privados.

Os Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos Estados Falidos são sempre ínfimos. Já os Estados Fracos podem ser inerentemente fracos devido determinada situação de fraqueza que se apresenta em consequência de conflitos internos, governo ditatoriais e corrupção. Esses Estados não são capazes de prover bens públicos de maneira eficiente para seus cidadãos. Sua infraestrutura é deteriorada, os índices de corrupção são elevados, a lei é honrada parcialmente, a sociedade civil não é considerada e governos ditatoriais estão no poder. (ROTBERG, 2003).

Dentro da categoria de Estado Fracos, há uma categoria peculiar de Estados que aparentemente são fortes, ou seja, apesar de em um primeiro momento poderem ser vistos como fortes, possuem vários elementos que os tornam fracos. Tais Estados são sempre autocráticos, são seguros, mas em algum momento são incapazes de prover bens públicos para seus cidadãos. Assim, rapidamente esses Estados podem se tornar falidos. (ROTBERG, 2003).

Considerando que a função básica do Estado é a de prover bens e serviços públicos para os seus cidadãos, Rotberg (2004) classifica-os levando em conta as capacidades desses Estados de cumprir essas funções. Ainda, esclarece que são vários os bens e serviços que o Estado deve fornecer, mas aponta existir uma hierarquia desses, na qual consta como primordial a segurança. Para ele, nenhum bem público é tão essencial quanto a segurança. Logo, este é um ponto fundamental na caracterização de um Estado Falido.

Em todo Estado Falido observa-se tensões entre comunidades internas, cenário que contribui para a falência estatal. Em alguns casos a ganância e a hostilidade são agravadas pela existência ou descoberta de fontes de riqueza, como por exemplo, petróleo, minérios, diamantes, etc. (ROTBERG, 2004).

Outro indicador de falência estatal é a crescente violência criminal. Na medida em que o Estado enfraquece, a desordem e o não cumprimento da lei tornam-se generalizados. A falência estatal é acompanhada pela ausência de lei. (ROTBERG, 2004).

Estados falidos possuem instituições fracas ou falhas. Tipicamente, só o poder executivo funciona. O poder legislativo, quando existente não é capaz de desempenhar suas funções. O judiciário é derivado do executivo, ao invés de ser independente. Os cidadãos sabem que não podem contar com a corte para recursos, especialmente contra o Estado, pois somente se leva adiante as ordens do executivo. O exército é, possivelmente, a única instituição com alguma integridade. No entanto, as forças armadas dos Estados falidos, geralmente, são altamente politizadas. O regime democrático não existe nesses Estados. (ROTBERG, 2002, 2004).

A falência é identificada em situações onde o Estado é incapaz de prover sistemas de educação, saúde, bancário, comunicação, rodoviário, transporte e comercial para seus cidadãos. Normalmente estes sistemas passam a ser informalmente privatizados, e a qualidade do serviço é decadente. Por exemplo, medicamentos e materiais básicos para a educação são escassos, ao mesmo tempo em que professores e profissionais de saúde são mal pagos, ou não são pagos de maneira alguma. Em alguns casos, em que o Estado está de fato dividido, somente parte da população consegue ter acesso a tais serviços. Indicadores de tais características são: analfabetismo; mortalidade infantil; epidemia de AIDS e baixa expectativa de vida. (ROTBERG, 2004).

Governos corruptos estão sempre presentes nos Estados falidos. Grupos privilegiados, aqueles próximos da oligarquia governante, têm acesso a oportunidades financeiras incomparáveis, nesses Estados. Elites corruptas tendem a investir seu dinheiro em outros lugares, e não no próprio país agravando ainda mais a falência econômica. (ROTBURG, 2002, 2004).

Segundo Rotberg (2004 apud Van De Walle, 2004) outros fatores externos podem precipitar a falência de um Estado. Grandes flutuações no preço de *commodities*, assim como seca e fome podem ser fatores externos que desafiam o Estado e tem papel importante na possibilidade de falência.

Loescher e Milner (2006) acreditam que as situações de refúgio prolongado têm relação muito próxima com o fenômeno da falência estatal, desde o fim da Guerra Fria. E que estas situações tanto podem ser causadas pela falência estatal, como podem contribuir para que o Estado enfraqueça.

Do acima explicitado, percebe-se que a quantidade de predicados que compõem o conceito de Estado Falido é vasta. Além disso, os Estados podem, ao longo do tempo, moverem-se nesse espectro, passando de fracos para fortes ou vice-versa. Ainda, a falência, para Rotberg (2003), é uma posição fluída e evitável, principalmente pelo fato do homem ser o elemento mais importante para que se alcance o estado de falência.

Diante disso, com o escopo de tornar essa caracterização mais mensurável, a Organização Internacional *The Fund for Peace* (FFP) elaborou um *ranking* dos Estados fracassados, no total de 178 países, baseado em ampla pesquisa, que levou em conta doze fatores de instabilidade, que são: aparato de segurança (C1), elites polarizadas (C2), reclamação do grupo (C3), declínio econômico (E1), desenvolvimento econômico desigual (E2), voo humano e drenagem cerebral (E3), legitimidade do estado (P1), serviços públicos (P2), direitos humanos e estado de direito (P3), pressões demográficas (S1), refugiados e deslocados internos (S2) e intervenção externa (X1). O Índice de Estados Frágeis é baseado em uma estrutura de avaliação de conflitos que foi desenvolvida pela FFP para avaliar a vulnerabilidade dos Estados ao colapso. Observemos a seguir a evolução da colocação da Venezuela e do Brasil a partir de 2014, período em que a crise venezuelana recrudescer e causou severos impactos para países fronteiriços, inclusive para o Brasil.

Tabela 2- Evolução das classificações no *ranking* de Estados Fracassados da Venezuela e do Brasil de 2014 a 2018

País/Ano	Venezuela	Brasil
2014	83	125
2015	74	123
2016	63	117
2017	58	110
2018	46	106

Fonte: *Fragile States Index by The Fund for Peace (FFP)*⁶

Vejamos abaixo as avaliações da Venezuela e do Brasil no ano de 2018.

Tabela 3- *Ranking* dos Estados Fracassados

País	<i>Ranking</i>	C1	C2	C3	E1	E2	E3	P1	P2	P3	S1	S2	X1
Venezuela	46 ^o	7,4	8,5	7,3	8,3	6,6	6	9	7,8	9	5,7	5,1	5,5
Brasil	106 ^o	6,8	5,2	6,5	4,5	7,7	4,8	6,7	6,1	6,7	7,6	2,7	3,4

Fonte: *Fragile States Index by The Fund for Peace (FFP)*⁷

Das informações fornecidas pelo FFP, aduz-se que a crise na Venezuela vem aumentando desde 2014 e que tal quadro vem refletindo de maneira a torná-lo mais ainda passível de ser classificada como um Estado Falido, situação demonstrada na apuração dos dados acima, nos quais o Estado Venezuelano aparece ocupando a 46^a posição, num total de 178 países avaliados.

Outrossim, diante das diversas classificações e caracterizações supra elencadas, observou-se que, mirando a situação atual da Venezuela, é razoável e cabível sua classificação como um Estado Falido, quiçá enfraquecido, pelos seguintes motivos:

- os serviços públicos, como saúde, educação, segurança, dentre outros, estão diretamente afetados e combalidos;
- há flagrante desrespeito aos direitos humanos na repressão à oposição ao Governo vigente de Maduro;
- a corrupção se entranha cada vez mais no sistema político governamental;

⁶ Disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/data/>. Acesso em: 27 maio 18.

⁷ Loco citato.

- as fronteiras são descontroladas a ponto de favorecer o processo migratório para países vizinhos;
- a moeda nacional da Venezuela está altamente desvalorizada e o país vem enfrentando a maior inflação do mundo;
- o PIB está em índices baixíssimos devido não só a diminuição da produção de petróleo, mas também a queda do preço dessa *commoditie*;
- o IDH também tem taxas desprezíveis, estimuladas principalmente pela queda da renda *per capita*;
- a expectativa de vida vem caindo influenciada diretamente pelo pouco acesso a alimentos e a remédios de primeiras necessidades;
- a pobreza aumenta ferozmente na Venezuela, sendo uma das consequências principais da alta taxa de desemprego;
- a instabilidade interna é recrudescida pela existência de riquezas minerais, principalmente o petróleo, que, sujeito às variações de preço no mercado internacional, tem levado a Venezuela ao caos econômico, já que esse recurso responde por grande parte do PIB;
- a prevalência do poder executivo sobre os demais, que representam meras instituições de fachada, é um traço peculiar dos poderes constituídos no quadro atual venezuelano, já que os todos os poderes estão a serviço dos mandos do executivo;
- o Exército encontra-se altamente politizado, sobretudo com o advento da MNB; e
- o quadro de decadência política e socioeconômica na Venezuela vem gerando um clima tão insustentável para a população local, que tem propiciando um fenômeno migratório notadamente para países fronteiriços, como o Brasil.

Portanto, do que foi apurado, induz-se que o Brasil possui em seu entorno uma fonte de instabilidades, um Estado Falido: a Venezuela. Assim, o Brasil, como ator relevante e protagonista no cenário internacional, deve tomar medidas que transpareçam sua liderança no continente sul-americano, além de dirimir os impactos resultantes do extravasamento da crise venezuelana.

Por fim, diante dos impactos sofridos pelo Brasil ante a crise que assola a Venezuela, faz-se mister o conhecimento das relações entre esses países para se alcançar a real dimensão das consequências que o Estado Brasileiro vem sofrendo.

5 RELAÇÕES DO BRASIL COM A VENEZUELA

Especialmente, durante muito tempo, o Brasil foi para a Venezuela um vizinho ausente, pois a sociedade venezuelana e suas elites miravam o Brasil com ares de suspeição envolvidos por certas pretensões expansionistas que os governos militares pareciam vislumbrar (URRUTIA, ca. 2015 apud GONZÁLEZ, 2011).

Acerca das relações comerciais entre Brasil e Venezuela, é fato que elas foram praticamente inexistentes por um longo período, seja pela dificuldade de interligação física, transporte, entre os dois territórios ou pela falta de complementaridade econômica. (NUNES, 2011).

Ademais, a Venezuela tem traços que a liga tanto aos países amazônicos, andinos e caribenhos, sendo esta última, notadamente, a mais cultivada pelos seus cidadãos. Situação razoável pois as principais cidades do país estão situadas no Mar do Caribe, fato que deu relevância para que seus interesses comerciais, desde o século XIX, estivessem voltados para os países caribenhos e para os EUA, atuando, sobretudo, como importante exportador de petróleo. (RARFIX, 2018).

As concentrações populacionais estiveram sempre voltadas para regiões opostas, estão a maior parte dos venezuelanos na porção centro-costeira do país, próximo ao Caribe, ao passo que a concentração populacional brasileira está a região centro-sul do Brasil, traço que contribuiu também para esse distanciamento entre esses países. (NUNES, 2011).

Ainda de acordo com Nunes (2011), a Floresta Amazônica, ainda que ela, em primeira análise, possa ser considerada fator de aproximação em função de seu compartilhamento por esses países, em termos reais, ela significa uma grande barreira geográfica que vem dificultando as relações entre Brasil e Venezuela. Recrudescendo ainda mais acerca do distanciamento entre esse dois países, vem, nesse norte, a exploração petrolífera na Venezuela, que, no decorrer das primeiras décadas do século XX, fez com que esse país se aproximasse dos grandes centros comerciais mundiais como fornecedor desse recurso energético. Assim, tal realidade venezuelana direcionou esse país ao largo da realidade sul-americana e fortemente dependente da economia estadunidense.

Durante a década de 1970, com a valorização do preço do petróleo fomentou o processo de desenvolvimento econômico venezuelano, assim como ampliou sua participação internacional. A multilateralização das relações, no âmbito mundial, fez

com que a Venezuela se posicionasse como nação não-alinhada e, no contexto hemisférico, estimulou a promoção da integração por meio da criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). (NUNES, 2011).

Pode-se afirmar que o Tratado de Cooperação Amazônico (TCA)⁸ representou um marco nas relações bilaterais, pois a partir daí a Venezuela passou a contribuir com os objetivos da Política Externa Brasileira (PEB). A partir de então, durante os anos 1980, ambos os países convergiram em questões políticas, como no caso do Movimento dos Não-Alinhados, por exemplo. Na seara econômica, a aproximação permaneceu principiante, sobretudo, devido à crise econômica desencadeada pelos impactos dos choques do petróleo na capacidade de ambos manterem seus crescimentos baseados no modelo de substituição de importações. (VIZENTINI, 1996).

A conjunção de crises inflacionárias, de endividamento, e o crescimento parco durante a década de 1980 abriram terreno para que as políticas de reforma neoliberal, aos moldes do Consenso de Washington, penetrassem facilmente nos países em desenvolvimento, em especial no território sul-americano, gerando uma nova onda de reformas. (NUNES, 2011).

Após o término dos governos militares no Brasil, as relações entre Brasil e Venezuela foram, gradativamente, se estreitando em novos níveis de cooperação. Os anos noventa, especialmente durante os mandatos de Itamar Franco (1992 – 1994) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 – 2003), situaram as relações bilaterais em um novo plano que respondia a interesses e realidades convergentes entre esses países vizinhos. (URRUTIA, ca. 2015).

Finalmente, uma verdadeira mudança positiva em relacionamentos, surge a partir da reunião de La Guzmania, em 4 de março de 1994, onde os presidentes dos dois países na época, Itamar Franco e Rafael Caldera assinado o mais importante dos acordos e compromissos na história dos dois países até essa data. É em La Guzmania que se pode traçar a origem de uma forma prática e eficaz de relacionamento entre os dois países, como podemos ver nos dias atuais. Com a eleição de FHC, houve um aumento de reuniões e visitas oficiais, resultados dos acordos de La Guzmania. (RARFIX, 2018).

⁸ O Tratado de Cooperação Amazônico (TCA) foi assinado em julho de 1978, prevendo o incremento da pesquisa científica e tecnológica, intercâmbio de informações, utilização racional dos recursos naturais, estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes, entre outros (TCA, 1979)

Firmado o decisivo protocolo de La Guzmania, entre Itamar Franco e Rafael Caldera, estabeleceu-se uma Comissão Binacional Alto Nível, com ações que foram aprofundadas pelo governo FHC, a quem Hugo Chávez foi profundamente grato pela ajuda brasileira com combustíveis durante o “*paro*” petrolero venezuelano. Na sequência, com base em ações programáticas e pragmáticas, em 1997, a Eletronorte e *Electrificación del Caroní* (EDELCA) firmaram contrato de compra e venda de energia elétrica da Venezuela para o Brasil, que resultou na construção do “Linhão de Guri” que faz a interconexão elétrica do estado de Bolívar (Venezuela) com o estado de Roraima (Brasil), inaugurado em 2002. (SANTOS, 2009).

Desse forma, o Governo de FHC representou a ideia da possibilidade de integração com outros países e regiões, transparecendo um lado pragmático do paradigma renovado que inseria o Brasil como um ator *global trader*⁹. (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003).

Após Rafael Caldera, em 1999, Hugo Chávez, promoveu o simples acompanhamento para que concordaram em La Guzmania. Com a sua estabilização na presidência da Venezuela, Chávez passou a mudar a direção da política externa do país, **investindo mais nas relações com a América do Sul, em particular com o Brasil**, que os haviam apoiado nas crises institucionais pelas quais passou seu governo inicialmente. (RARFIX, 2018, grifo nosso).

Após assumir o poder, Hugo Chávez empreendeu uma política externa que priorizou pela aproximação dos países latino-americanos e pelo distanciamento dos grandes centros. (NUNES, 2011).

As relações bilaterais entre Brasil e Venezuela permaneceram próximas durante o governo FHC e na mesma medida após a assunção de Lula, em 2003. A crise política de 2002, com a greve dos petroleiros na Venezuela e o consequente desabastecimento do país, levou FHC a colocar o Exército Brasileiro à disposição do país vizinho, fato que serviu como uma espécie de favor que o país vizinho ficaria devendo ao Brasil. A manutenção de uma postura próxima à Venezuela sempre foi entendida pela diplomacia brasileira como essencial pela importância geopolítica das reservas energéticas do país vizinho, além de servir para a contenção de qualquer intento de liderança regional exacerbada. (NUNES, 2011).

⁹ É um país que está apto para negociar com todo o mundo, tendo, assim, uma economia aberta.

Segundo Santos (2009, p. 11), a posse do presidente Lula, devido à similitudes ideológicas, contribuiu para promover:

as relações bilaterais se aprofundaram politicamente. Em termos de resultados pragmáticos houve, em 2009, a ligação de Caracas/Estado de Bolívar (Venezuela) e os Estados de Roraima (Boa Vista) e do Amazonas (Manaus/Brasil) por cabos de fibra ótica. Em Pernambuco foi iniciada a construção da refinaria de petróleo Abreu e Lima.

A Venezuela, sem dúvidas, foi o país sul-americano que mais ampliou seu comércio com o Brasil na Era Chávez (1998 – 2013). O salto das exportações brasileiras foi impressionante, com importações extremamente ínfimas, ou seja, houve um desequilíbrio da balança comercial a favor do Brasil. Elementos políticos explicavam melhor essa situação, especialmente a simpatia de Chávez por Lula e sua tentativa de depender menos de produtos estadunidenses. (BORGES, 2011).

Para Bacoccina (2008), apesar de não gozarem da mesma popularidade e tampouco fossem guiados integralmente pelos mesmos princípios ou dividissem o mesmo programa, Lula e Chávez partilhavam um importante projeto, o mais importante da política externa dos dois presidentes: o fortalecimento das relações Sul-Sul, entre os países em desenvolvimento, e a integração da América do Sul, cenários que contribuíram para que fosse dado um novo impulso nesse enfoque.

Com Lula, o foco na América do Sul tornou-se mais intenso, a começar pela criação de uma subsecretaria dedicada à região no Itamaraty. “Nossa prioridade é indiscutivelmente a América do Sul”¹⁰, afirmou Amorim em aula magna no Instituto Rio Branco em abril de 2003, quatro meses após assumir o cargo. (BACOCINA, 2008).

No dia 15 de janeiro de 2003, sob a iniciativa de Lula, foi constituído o “Grupo de Amigos” para contribuir com o trabalho facilitador da Organização dos Estados Americanos (OEA) na busca por uma saída para a crise política na Venezuela, atitude que demonstra o protagonismo brasileiro na procura de uma solução razoável para a crise no país vizinho. Entrementes, após Chávez ser vitorioso no referendo revogatório que o legislativo lhe impusera, o líder venezuelano pretendeu apresentar-se como paladino da integração latino-americana, quando, na realidade, complicou processos integradores já existentes. Mostrou-se uma liderança falsa que deu

¹⁰ Disponível em

http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle3.asp?ID_DISCURSO=2108. Acesso em 17 de fevereiro de 2008.

prioridade aos interesses estrangeiros, arruinando o setor privado e abrindo espaços econômicos privilegiados para países próximos como o Brasil, China, Índia e Rússia. (URRUTIA, ca. 2015).

Em 2005, foi concretizada a “Aliança Estratégica” entre Brasília e Caracas, com a assinatura de acordos e compromissos dentro de um amplo cabedal de assuntos. Em suma, tal iniciativa do período Lula traduziu-se em um incremento extraordinário das exportações brasileiras para a Venezuela. Segundo Gehre (2010), o marco dessa fase de aproximação intensa foi definido no discurso de Lula sobre as relações bilaterais brasileiro-venezuelanas: “Nossa aliança estratégica está solidamente apoiada em três pilares: diálogo político, ampliação do comércio de bens e serviços e integração da infraestrutura”¹¹.

No entanto, houve um certo distanciamento entre Lula e Chávez estimulado, mormente, pelas razões seguintes: os dois Governantes tinham diferente visão acerca do apoio dos EUA, Chávez pregava um discurso contrário ao Imperialismo norte-americano, ao passo que o Brasil de Lula fomentava relações comerciais com os EUA; o Governo Lula estimulou o uso de biocombustíveis, sob um discurso retórico de preservação do meio ambiente, enquanto Chávez atacava tal iniciativa brasileira, fomentando o uso de fontes energéticas à base de hidrocarbonetos, já que combustíveis renováveis e limpos, tais como o Brasil defendia, eram inimigos do combate à fome e à pobreza, pois várias terras deixavam de produzir alimentos; pelo fato do Congresso Brasileiro retardar a aprovação da Venezuela no MERCOSUL, Chávez empreendeu severas críticas a essa casa parlamentar do Brasil, deixando as relações entre ele e Lula ainda mais complicadas; e pela disputa de ambos governantes pela consolidação da liderança no entorno estratégico de seus países. (BACCOCCINA, 2008).

Segundo Urrutia (ca. 2015), na transição para o Governo Dilma, continuaram as linhas mestras da política exterior desenvolvida pelo seu antecessor. Entretanto, foram percebidas algumas diferenças tênues em relação ao que defendia Lula, como por exemplo: o Governo Dilma não compartilhou a tese da multipolaridade que a Venezuela defendia, excluindo os EUA, e também não defendeu o programa nuclear iraniano.

¹¹ RESENHA de Política Exterior do Brasil, n. 96, ano 32, 1. semestre de 2005, MRE. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/547/292>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

Durante o período de Lula, a corrente comercial cresceu de US\$ 880 milhões para US\$ 5,8 bilhões. Essa tendência se mantém no primeiro governo Dilma, chegando a pouco mais de US\$ 6 bilhões em trocas comerciais em 2013. A partir de 2015, o intercâmbio comercial despencou ladeira abaixo. Em 2016, os fluxos comerciais de US\$ 1,6 bilhão igualam-se ao ano de 2004. O apoio brasileiro ao pleito venezuelano para ingressar no Mercosul deve ser interpretado a partir de uma perspectiva pragmática das relações exteriores. Não obstante uma evidente afinidade ideológica entre a Venezuela e o governo de Dilma, a Venezuela havia se tornado um parceiro comercial importante para o Brasil e para os demais países-membros do bloco. Havia um grande interesse do Brasil em explorar um potencial mercado consumidor de 30 milhões de venezuelanos apoiados por um governo que facilitou a entrada de empresas brasileiras em megaprojetos de infraestrutura e petróleo. Independente do governo, o potencial venezuelano como exportador de energia e importador de alimentos nunca pode ser ignorado. (FGV ENERGIA, 2017).

Dessa forma, apesar dos problemas causados por Chávez, com seu estilo polêmico e desagregador de governar, criando muitas desconfianças no Brasil em relação a sua entrada no Mercosul, o Congresso Brasileiro resolveu, por razões comerciais, tais como as acima expostas, cancelar a entrada venezuelana no bloco em 2012, ainda que restasse tal episódio ser aceito pelo Paraguai. (BORGES, 2011).

Após o polêmico ingresso venezuelano no Mercosul, o advento de uma nova conformação política dos Governos à frente desse bloco acabou por afastar as chances de ingresso integral da Venezuela nesse contexto. No mesmo semestre em que deveria assumir a presidência do bloco, a Venezuela foi afastada por tempo indeterminado, por não cumprir exigências para concluir sua adesão. Assim suspensa desde dezembro de 2016 do bloco, a Venezuela sofreu ainda novas sanções do Mercosul em agosto de 2017, após o bloco definir como uma ruptura da ordem democrática a convocação da Assembleia Constituinte venezuelana, iniciativa capitaneada pelo governo Maduro para anular os poderes da Assembleia Legislativa, sob comando, naquele momento, de setores da oposição. (FGV ENERGIA, 2017).

Segundo a Revista FGV ENERGIA (2017), Maduro, após assumir o país, em 2013, deparou-se com uma Venezuela totalmente polarizada, com um ambiente difícil ante os embates políticos e a crise que vão corroendo todas as possibilidades de projeção do país. A partir de então, Maduro passou a competir pelo poder interno

usando métodos inescrupulosos, que expuseram o país e culminaram com o isolacionismo diplomático venezuelano na região.

A posse de Maduro em 2013 e a crise em seu país deixaram a relação com Brasil delicada. Por muito tempo, o Brasil tolerou passivamente e em silêncio sepulcral os recorrentes abusos do chavismo e sua subversão das regras democráticas – entre outros motivos, pelas simpatias ideológicas de amplos setores do PT pelo bolivarianismo. Com Dilma, a diplomacia brasileira murchou. Depois de oito anos de busca quase megalomaníaca de protagonismo diplomático nos anos Lula, o Itamaraty, com Dilma, foi relegado à míngua orçamentária. (ÉPOCA, 2015).

Em maio de 2016, Michel Temer assumiu a chefia do Palácio do Planalto interinamente, quando do afastamento de Dilma Rousseff. A postura do governo brasileiro com relação à Venezuela mudou consideravelmente do governo Dilma para o governo Temer.

Algo não muito comum de se observar na política externa brasileira, tradicionalmente guiada pela manutenção constante do diálogo com países sul-americanos. Se o governo Dilma adotou uma postura de apoio declarado ao governo de Maduro, cabendo ao Itamaraty gerir o que se denominou naquele período de “paciência estratégica” com a Venezuela, o governo Temer perdeu a paciência e partiu para uma série de declarações oficiais condenando o governo de Maduro. (FGV ENERGIA, 2017, p. 14).

Uma forma de manifestação do Governo Temer contra Maduro foi a participação do Brasil no Grupo de Lima, criado pela Declaração de Lima, pela qual os países signatários se irmanaram para tratar da situação crítica na Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país por meio de uma solução pacífica e negociada. Abaixo, segue um trecho dessa Declaração:

Juntos, animados pelo espírito de solidariedade que caracteriza a região, e convencidos de que a negociação, com pleno respeito às regras do direito internacional e do princípio de não-intervenção, o qual não atenta contra os direitos humanos e a democracia, é a única ferramenta para garantir uma solução duradoura para as diferenças, ratificaram alguns termos, como: a condenação à ruptura da ordem democrática na Venezuela; a sua decisão de não reconhecer a Assembleia Nacional Constituinte, nem os atos que dela emanem, por seu caráter ilegítimo; o seu total apoio e solidariedade à Assembleia Nacional eleita democraticamente; e o seu forte repúdio à violência e a qualquer opção que envolva o uso da força. (BRASIL, 2017).

Outrossim, diante do considerável fluxo migratório venezuelano para o Brasil, exigindo diversas medidas do Governo Temer, este tem aumentado o tom do discurso

contra o Presidente Maduro, gerando, inclusive a expulsão do principal diplomata venezuelano no Brasil em reação à mesma atitude tomada pela Venezuela, enfraquecendo sobremaneira as relações diplomáticas entre ambos. (OLIVEIRA, 2017).

Outro exemplo do antagonismo existente entre os governos brasileiro e venezuelano é a atitude ofensiva do governo Temer de emitir um comunicado afirmando não reconhecer o resultado das eleições deram vitória a Maduro, na RBV. Destaca-se que a atitude brasileira não foi isolada, pois acompanhou posicionamentos de outros países como: Estados Unidos da América, Chile, Colômbia e Espanha. Estes países deflagraram uma forte condenação internacional de tal pleito eleitoral, o qual asseverou-se ter sido marcado por denúncias de fraude, boicote da oposição e abstenção elevada. (G1, 2018).

Portanto, de exposto, infere-se que as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela foram marcadas por fortes influências ideológicas, cooperação econômica e impactos causados pelo transbordamento da crise da Venezuela para o Brasil. Destarte, as mudanças de alinhamentos políticos dos governantes de ambos países alteraram as interações entre esses Estados, situação verificada na estreita aproximação de Chávez em relação à Dilma e a Lula. Por outro lado, de modo diverso, percebeu-se uma extrema aversão entre Temer e o atual governante venezuelano, Nicolás Maduro. Acerca da cooperação econômica, principalmente nas gestões de Lula e Dilma, tais relações foram delineadas por ganhos mútuos, principalmente para o Brasil, que manteve a balança comercial favorável para si. Por derradeiro, sobre os reflexos decorrentes do extravasamento da crise venezuelana, notou-se um ambiente de atrito entre ambos, notadamente pela condenação ao regime antidemocrático de Maduro por Temer e pela fato da crise na Venezuela causar diversos impactos em solo brasileiro, como a migração em massa de venezuelanos para o Brasil, principalmente para o Estado de Roraima.

Por fim, diante desse crescente fluxo migratório venezuelano para o Brasil, faz-se imperativo o conhecimento de todo aparato legal acerca de imigrantes, refugiados, legislação internacional e doméstica.

6 ASPECTOS LEGAIS INTERNACIONAIS E BRASILEIROS ACERCA DOS REFUGIADOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Evidentemente, não se pode negar que o reconhecimento dos direitos humanos de migrantes e refugiados, enquanto direitos de minorias, inclui programas voltados a sua proteção e promoção. Esta é uma das questões normativas mais importantes na agenda internacional. (TRINDADE, 2000).

Segundo Xavier (2012), se a análise das migrações revela, de fato, dados e informações sobre a complexidade das relações internacionais e das transformações sobre as quais o Estado passa, é razoável que o exame do assunto ocorra em um momento de extravasamento dos impactos das migrações internacionais.

Ao tecer comentários acerca da migração venezuelana para o Brasil, faz-se indispensável, dentro de uma visão holística, conhecer o arcabouço legal que ampara tal movimento populacional.

De acordo com Pinto e Obregon (2018), é nítido que a América do Sul vive uma crise humanitária sem proporções, tendo como tema central a crise que assola a Venezuela de cunhos político, social e humanitário. Destarte, o país não apresenta condições para dar proteção a sua população, fazendo com que ela saia de seu país de origem para buscar abrigo em países vizinhos, fronteiriços.

Segundo Jubilut (2007), nesse contexto, observa-se a organização do sistema legislativo brasileiro de maneira gradual, sempre no fim maior de socorrer as vítimas de perseguições políticas, religiosas, etc.

O amparo aos refugiados iniciou com a Convenção de 1951 e após a Segunda Guerra Mundial, tendo o Protocolo de 1967 tornado os direitos dos refugiados na aplicáveis a toda Europa.

Segundo a Convenção de 1951, refugiado é uma pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ACNUR, 1951).

Para a ACNUR (2015), refugiados são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável

que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um 'refugiado' reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e de outras organizações. São reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles voltar ao seu país e necessitam de um asilo em algum outro lugar. Para estas pessoas, a negação de um asilo pode ter consequências vitais.

A ACNUR (2016, p. 8 - 9), por meio de sua revista no Brasil, fez algumas definições acerca do tema abordado.

O **solicitante de refúgio** é alguém que afirma ser um refugiado e que fez sua solicitação de refúgio às autoridades competentes, mas que ainda não teve seu pedido avaliado pelo país onde se encontra. Os sistemas nacionais de proteção e refúgio existem para decidir quais solicitantes de refúgio precisam de proteção internacional. É por isso que a questão central da proteção é o princípio da não devolução (ou *non-refoulement*): o solicitante de refúgio e o refugiado não podem ser retornados a nenhum país ou fronteira onde sua vida corra risco. (Grifo nosso)

Deslocados internos são, frequentemente, confundidos com refugiados. Ao contrário destes, os deslocados internos não cruzaram uma fronteira internacional para encontrar abrigo, mas permaneceram em seus países. Mesmo tendo fugido por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem, legalmente, sob proteção de seu próprio governo – mesmo que esse governo seja a causa de sua fuga. Como cidadãos, eles devem ser protegidos por seus países e têm seus direitos previstos nos tratados internacionais de Direitos Humanos e do Direito Humanitário. (Grifo nosso)

Os **migrantes internacionais** vivem fora de seus países. Mas, ao contrário dos refugiados, escolhem viver no exterior por motivos econômicos, e não para salvar suas vidas ou garantir sua liberdade e seus direitos (ainda que muitos tenham sido obrigados a migrar por estar em condições precárias). (Grifo nosso)

O princípio que norteia é o conceito de *non-refoulement*, asseverando que o refugiado não poderá ser expulso para seu país de origem, sendo o Estado receptor o responsável pela proteção desses retirados. Ainda, o refúgio é aplicado em caso de perseguição por razões de: raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Na prática, um migrante goza da proteção do governo do seu país; um refugiado, não. (ACNUR, 2015).

Vale ressaltar que, o mandato original do ACNUR não cobre, especificamente, os deslocados internos por conflitos. Mas, em razão de sua experiência em deslocamentos, a agência vem, há vários anos, assistindo a milhões deles. Civis

afetados por desastres naturais também são considerados deslocados internos. Quanto aos migrantes internacionais, eles não recebem assistência e proteção do ACNUR, pois não estão sob o mandato da Agência da ONU para Refugiados. (ACNUR, 2016).

O Brasil promulgou, em julho de 1997, a sua lei de refúgio (nº 9.474/97), contemplando os principais instrumentos regionais e internacionais sobre o tema. A lei adota a **definição ampliada de refugiado estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984**, que considera a “violação generalizada de direitos humanos” como uma das causas de reconhecimento da condição de refugiado. (ACNUR, 2014, grifo nosso).

Para Moreira (2004), a lei brasileira para refugiado é inovadora ao ampliar o significado da palavra refugiado. Senão vejamos abaixo:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997)

Para Caldeira (2014), a Declaração de Cartagena é um instrumento regional não vinculante elaborado naquela cidade em 1984 e que tem como foco a proteção e os desafios humanitários enfrentados por refugiados. Ela é conhecida por expandir a definição de refugiado estabelecida pela Convenção de 1951 e já foi confirmada pela ONU, OEA e adotada pela legislação nacional de 14 países, dentre eles o Brasil. Durante três décadas a Declaração tem provado ser um instrumento altamente efetivo na respostas aos diferentes desafios por seu caráter flexível, pragmático e inovador.

Em reconhecimento ao desempenho do Brasil sobre o tema do refúgio, o país foi escolhido para sediar a Conferência Cartagena +30, que ocorreu nos dias 2 e 3 de dezembro de 2014, em Brasília. (ONU, 2014).

O encontro denominado Cartagena +30 propõe-se agora a realizar um amplo processo consultivo nos países da América Latina e Caribe para analisar os desafios contemporâneos na região para refugiados, deslocados internos e apátridas. Assim, ao assumir a hospitalidade para receber o evento ministerial de conclusão do

processo de Cartagena + 30, o Brasil reafirma seu compromisso de trabalhar sempre conjuntamente com o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, o ACNUR, e a sociedade civil. (CALDEIRA, 2014).

O Brasil é também parte dos instrumentos regionais de proteção aos refugiados e apátridas, sendo eles: Declaração de San José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas (1994); Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina (2004), a Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano (2010) e a Declaração de Princípios do Mercosul sobre Proteção Internacional de Refugiados (2012). (ONU, 2014).

A legislação do Brasil, além de adotar a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, mais recentemente outorgou o Decreto 9.286/18, que trata sobre uma organização de um Comitê Federal de Assistência Emergencial para fazer frente ao fluxo migratório provocado por crise humanitária. O Brasil é hoje, um dos países mais acolhedores dos refugiados, possuindo um sistema amplo de garantias de direitos e uma das legislações mais avançadas sobre o tema. O número de indivíduos que optam pelo Brasil vem crescendo a cada ano, aumentando a necessidade da melhoria das políticas públicas para o recebimento e estabelecimento dos refugiados. Estes que chegam muitas vezes sem documentos, sem condições para manter sua família, e enfrentam dificuldades com sua cultura e idioma em relação a população local extremamente preconceituosa com o diferente. Ademais, com a Lei nº 9.474/97, criou-se o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão que tem por objetivo criar e promulgar a legislação para refugiados no país. (RODENBUSCH et al., 2016).

Para Franchi (2017), a nova base legal está constituída pela: Lei nº 13.445 de 24 maio de 2017 - Institui a Lei da Migração, já em vigor; e pela Resolução Normativa nº 126, de 02 de março de 2017- Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço.

Assim, **o instituto aplicado pelo Brasil no episódio da crise venezuelana está sendo o do refúgio**, haja vista que há perseguições por motivações partidárias e político-ideológicas. Destaca-se que ao refugiado deve ser concedido os mesmos direitos dos nacionais, situação jurídica que trará sérios impactos para a nação brasileira.

De acordo com a Editoria Mundorama (2017), essa migração não encontra no refúgio o melhor instituto para sua permanência a médio e longo prazos. A lei

9.474/1997 (Regulamenta o refúgio no Brasil) estabelece no artigo 1º, inciso IV, que o indivíduo que sair do território nacional sem autorização perderá a condição de refugiado. Ademais, a solicitação de refúgio seria uma tática migratória dos venezuelanos pois, além de gratuita, após feita na Polícia Federal (PF), garante ao imigrante carteira de trabalho e livre permanência no Brasil, aguardando julgamento da solicitação no CONARE. Nesta opção, a única desvantagem é a proibição de sair do território brasileiro sob pena de perder o direito a ser considerado refugiado. A respeito da documentação, em março de 2017, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) emitiu Resolução nº 126 que concede a residência temporária para os venezuelanos por um prazo de dois anos. Embora seja uma ação positiva, a regularização migratória por essa via esbarra em um entrave: o pagamento de taxas.

Quanto à situação jurídica da etnia indígena Warao, o Jornal da UNICAMP (2018) asseverou que, pelo fato do deslocamento desses índios ter motivações essencialmente econômicas, essa etnia não se enquadra no status de refugiado, tendo somente 180 dias concedidos pelo visto de turista, a partir daí a estadia desses indígenas passa a ser considerada ilegal pela PF. Com advento da nova Lei de Migração, nº 13.445, chancelou-se a regulamentação dos vistos e residência por motivos humanitários. Essa legislação prevê concessão de vistos temporários para acolhida humanitária, que garante visto de um ano "ao apátrida ou ao nacional de qualquer país" que esteja passando por situação de catástrofe natural ou que não se enquadre na lei do refúgio, e inclusive que o migrante não deve ser deportado ou repatriado. Já que os pedidos de refúgio levam algum tempo para serem analisados no CONARE, como tentativa de desafogar esse quadro, foi a aprovação em março de 2017 da Resolução Normativa 126, pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que permite concessão de residência temporária para migrantes que entrarem no Brasil por via terrestre e que sejam naturais de países fronteiriços como são os casos da Venezuela, podendo entrar com visto de turista e após três meses solicitar residência temporária de dois anos. Contudo, como já mencionado, tal instituto tem o óbice do pagamento de taxas além das capacidades financeiras dos Warao.

Diante desse percalço legal, a Justiça Federal em Roraima emitiu sentença derrubando a cobrança de duas taxas que totalizam R\$ 311,22 para venezuelanos pedirem residência temporária no Brasil. Tal medida teve algumas particularidades.

A medida foi uma resposta ao crescente número de venezuelanos que cruzam a divisa brasileira por causa da crise em seu país, mas a exigência

do pagamento de R\$ 311 era motivo de críticas de agências humanitárias, já que muitas dessas pessoas não têm condições de arcar com esse valor. No entanto, de acordo com a Justiça Federal, para ser isento da cobrança, o imigrante terá de comprovar sua vulnerabilidade econômica. A normativa do CNIg ainda inclui outras exigências para o pedido de moradia: o requerente precisa ter entrado no Brasil por via terrestre e é obrigado a abrir mão do direito ao refúgio. (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2017).

No caminho para favorecer o fluxo migratório em comento, os venezuelanos com residência temporária de dois anos no Brasil poderão optar pela permanência no país, segundo uma nova ordem interministerial do Governo Brasileiro. Sendo assim, Quem tiver residência temporária de dois anos poderá pedir, três meses antes de seu vencimento, a residência permanente, desde que não tenham registro criminal no Brasil e comprovem ter meios de subsistência. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Diante de todo esforço jurídico brasileiro supra exposto, deduz-se, erroneamente, que, considerando que o número de pedidos de refúgio em 2015 foi 822, em 2016 foi 3.375 e em 2017 foi 17.865, houve centenas de pedidos reconhecidos pelo CONARE. Entrementes, apenas 18 nacionais da Venezuela foram reconhecidos como refugiados no Brasil, 4 em 2015 e 14 em 2016. (BRASIL, 2018).

No caso de indeferimento do pedido de concessão de refúgio, o estrangeiro será notificado para se retirar do país, visto que este passará a se sujeitar às normas específicas para os estrangeiros. (PINTO; OBREGON, 2018).

Desse modo, percebe-se que o Brasil está deveras comprometido em termos teóricos, ou seja, possui uma legislação atual e abrangente que é adequada ao caso venezuelano em análise. No entanto, tem demorado a julgar os pedidos de refúgio e tem dado poucos reconhecimentos de refúgio, meditando que, atualmente, há mais de 20.000 pedidos para análise. Dessa maneira, todo esforço legal se tornou inócuo no caso em pauta.

Por derradeiro, faz-se forçoso exprimir que todos os conhecimentos abordados tinham o fulcro de dar embasamento para que sejam avaliados os reflexos que essa crise venezuelana vem dispensando ao Brasil, sobretudo nas expressões psicossocial e política do poder nacional.

7 REFLEXOS DA CRISE VENEZUELANA PARA O BRASIL

Têm sido inúmeras as consequências do colapso estatal venezuelano, tanto para esse povo, como para outros, enquadrando-se aqui o Brasil. Logo, no intuito de clarificar os impactos dessa crise para o Governo Brasileiro, faz-se necessária a sua abordagem nas expressões psicossocial e política do Poder Nacional.

Para a Escola Superior de Guerra, ESG (2014, p. 32), “Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais [...]”.

7.1 EXPRESSÃO POLÍTICA

Conforme aduz a Publicação da ECEME (2011, p. 10), a expressão política “é a manifestação de natureza preponderantemente política do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

Ainda, é corolário para compreendermos o âmago do posicionamento brasileiro perante tal colapso o fato de que o Brasil, nas Relações Internacionais, preza pelo não intervencionismo, conforme assevera o texto constitucional “Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] IV - não-intervenção [...].” (BRASIL, 1998).

Diante dos esclarecimentos pretéritos, a seguir, seguem os reflexos sentidos pelo Brasil na seara política, decorrentes da crise pela qual o Estado venezuelano passa.

Para fazer frente à presença venezuelana, principalmente em Roraima, o Governo deste Estado decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional para os municípios de Boa Vista e Pacaraima. Tal medida visa angariar recursos federais para lidar com os óbices nesse setor. Ressalta-se que foi criado também um Gabinete Integrado de Gestão de Migrações, a fim de coordenar os esforços perante tal problema. (FRANCHI, 2017).

Uma relevante consequência desse colapso venezuelano é a decisão política de alocar recursos para mitigar os danos causados nos setores já abordados, principalmente na saúde pública. O Ministério da Saúde repassou R\$ 31 milhões para Roraima a fim de ampliar a capacidade de atendimento no SUS. (NUNES, 2017).

Nesse contexto, foi chancelada pelo Governo Federal brasileiro a Medida Provisória nº 823, de 12 de março de 2018, que liberou R\$190 milhões para ações de emergência em Roraima, estado que vem acolhendo, desde 2015, a migração desordenada e em massa de venezuelanos que escapam da crise política no país vizinho, buscando melhores condições de vida no Brasil. Conforme a MP, ficou aberto o crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 190 milhões, garantindo assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela. A Medida Provisória não detalhou os ritos para realização dos gastos desse recurso em Roraima. (O GLOBO, 2018).

Nesse cenário, veio a edição e aplicação do Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018. Tal norma tem tido o fim de coordenar uma coalizão de instituições federais face ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. (BRASIL, 2018).

Um fruto da norma supra foi o recente repasse de R\$ 190 milhões para o Ministério da Defesa (MD), conforme previsto na Medida Provisória nº 823, de 12 de março de 2018, fato que proporcionou a instalação de um hospital de campanha em Pacaraima-RR. Ademais, os militares têm atuado na construção de abrigos, compra de produtos de higiene pessoal e para aumentar o número de postos de triagem ao longo da fronteira com a Venezuela. (SOUZA, 2018).

Ainda nesse enfoque, o governo de Roraima protocolou uma ação civil no Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela por período determinado, impedindo a entrada de imigrantes no estado. Pediu ainda recursos adicionais para suprir os custos especialmente de educação e de saúde com os imigrantes. A governadora Suely Campos argumentou que 40 mil venezuelanos moram na capital e já representam 10% da população da cidade. A Polícia Federal (PF) informou que cerca de 800 imigrantes cruzam a fronteira diariamente. Na ação do estado de Roraima, foram destacados que problemas de saúde pública, como o reaparecimento de doenças como o sarampo, com 59 casos registrados, e tuberculose, têm sido uma grave consequência do desenfreado fluxo venezuelano para o estado. (O GLOBO, 2018).

O governo federal contradisse os argumentos da ação do estado de Roraima e ratificou que já foram repassados R\$ 128 milhões para incrementar o atendimento de saúde no estado de Roraima, além de R\$ 78 milhões para a prefeitura de Boa Vista e R\$ 4 milhões para o município de Pacaraima. (EXAME, 2018).

Outro impacto para o Brasil foi por meio do MERCOSUL. Neste bloco, ele posicionou-se primeiramente incitando que as autoridades venezuelanas entrassem em um diálogo para sanar a crise e diminuir a violência diante dos protestos. Após os o colapso venezuelano se intensificar, resolveu-se pelo afastamento da Venezuela desse fórum após a destituição do Parlamento feita por Maduro, ato considerado como de ruptura da ordem democrática. (BAZZO; FRANCO, 2017).

Perante a tal cisão na democracia venezuelana, alguns órgãos supranacionais, os quais o Brasil faz parte, adotaram certos posicionamentos que, no geral, tiveram como norte a crítica ao regime implantado na Venezuela. A seguir, seguem algumas posturas de certos Órgãos.

Diante desse caos na Venezuela, a Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiu posicionamento, o qual o Brasil assinou, incitando a Venezuela para que fosse suspensa o processo da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) por ser um instituto antidemocrático e que ia de encontro à vontade popular. (MARIN, 2017).

O Globo (2017) noticiou que a ONU, por intermédio do titular do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Filippo Grandi, solicitou apoio internacional para o Brasil administrar a imigração venezuelana, sendo esse mais um reflexo para o Estado Brasileiro.

Além disso, o Brasil, juntamente com 11 países das Américas, emitiu em Lima, no Peru, uma declaração conjunta afirmando ocorrer na Venezuela uma ruptura da ordem democrática. Tal coalizão de países denominou-se Grupo de Lima. Assim, esse foi mais um impacto político da crise para o Brasil. (CHALEAUX, 2017).

Outrossim, o Governo Temer, diverso de seus antecessores Lula e Dilma, adotou um certo distanciamento das relações com a Venezuela, haja vista as diferenças ideológicas. Porém, devido ao intenso fluxo de venezuelanos para o Brasil, o presidente brasileiro endureceu o discurso e responsabilizou Maduro pela fuga em massa para o Brasil. (SALVADOR, 2018).

O sítio eletrônico DM (2017), asseverou que o posicionamento do Brasil na crise na Venezuela explica não só o fato de, atualmente, não participar dos esforços de mediação como, também, de estar menos atuante no cenário internacional, não sendo, assim, marcado por uma participação mais ativa do Brasil no cenário internacional, enfraquecendo a liderança regional brasileira.

Ratificando os vieses acima, segundo Batista (2018), desde o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, o Brasil e a Venezuela

encontram problemas em seus contatos diplomáticos. O afastamento entre esses dois Estados deu-se exponencialmente pela posse provisória de Michel Temer no Poder Executivo brasileiro e a nomeação de José Serra como Ministro das Relações Exteriores, atuação que ocasionou críticas às crises políticas e econômicas em ambos os governos. Questionando a legalidade da destituição da presidente brasileira, Nicolás Maduro acusou a oposição de atuar ao comando dos Estados Unidos: “A direita do continente desconhece a Soberania Popular. Pretendem que desapareçamos? Alerta, alerta que caminha”, escreveu em seu Twitter. Todavia, independentemente do governo Temer ter aversão ao de Maduro, Brasília demonstrou incapacidade em lidar com a crise venezuelana no contexto diplomático. Atuou sim, aplicando suspensões e sanções econômicas por meio do MERCOSUL como tentativa de forçar o retorno da democracia à Venezuela.

Continuando nesse embate bilateral, o Governo Brasileiro decidiu expulsar o embaixador venezuelano. Tal atitude foi uma reação relativa ao banimento do diplomata brasileiro da Venezuela feita por Maduro, congelando a relação diplomática entre ambos os países. (OLIVEIRA, 2017).

Com esse vácuo nas relações com a Venezuela, os investimentos brasileiros e as relações econômicas têm diminuído bruscamente naquele país. Tal situação tem contribuído para a aproximação da Rússia e China com o Governo Maduro, enfraquecendo a liderança brasileira no seu entorno estratégico, sendo este um impacto na seara política. (FGV ENERGIA, 2017).

Em um contexto de aproximação da Rússia na América Latina, Moscou tem buscado se apresentar como um garantidor da ordem diante da hipótese de uma Venezuela asfiriada. Para não desmoroar, o governo venezuelano tem recebido dinheiro e crédito russos em troca de valiosos ativos de petróleo, o que vem tornando as estatais PDVSA e Rosneft cada vez mais próximas. A PDVSA também tem acordos com a estatal chinesa CNPC visando o desenvolvimento e operação da refinaria Nanhai [...] A relação entre Pequim e Caracas é bastante elucidativa nesse ponto, já que a China importa o petróleo venezuelano e mantém seu apoio ao regime chavista. (FGV ENERGIA, 2017, p. 10).

Nesse mister, os EUA já deram sinais claros de pouco relacionamento e preocupação com os países latino-americanos, deixando um vácuo geopolítico que vem sendo ocupado, na Venezuela, por Pequim e Moscou. Ou seja, a inoperância diplomática brasileira aliada ao desinteresse norte-americano têm criado condições

favoráveis para o fortalecimento da presença geopolítica de Rússia e China, em oposição à questionada liderança regional brasileira. (FGV ENERGIA, 2017).

Segundo Chaves (2018), o Exército Brasileiro (EB), como consequência do desenfreado deslocamento de venezuelanos para o Brasil, tem intensificado a fiscalização na fronteira. Este cenário foi uma decisão política do Governo Temer e objetiva fiscalizar a entrada de imigrantes sem documentação e criminosos.

Outra notável postura política do Brasil foi a consecução da Operação Acolhida. Esta se destina a apoiar - com pessoal, material e instalações - a montagem de estruturas e a organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Tal conjuntura tem sido decorrente do fluxo migratório para o Estado de Roraima, provocado pela crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Tal operação tem se desenvolvido com o escopo também de dar condições para a destinação correta dos imigrantes, ou seja: absorção pelo mercado de trabalho local, interiorização no Brasil ou retorno ao país de origem. (BLOG DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017).

Para a interiorização, o imigrante precisa estar em um abrigo sob a administração de órgãos estatais, em conjunto com o ACNUR e as Organizações Não-Governamentais (ONG) parceiras; estar com sua situação migratória regularizada; estar vacinado e imunizado; ser voluntário ao processo e ter destino certo na localidade para onde migrará. (DEFESANET, 2018).

A interiorização está sob a responsabilidade de um subcomitê específico, no qual a Casa Civil trabalha diretamente com a Organização Internacional para as Migrações - órgão da ONU com experiência mundial no assessoramento a governos, no que tange à realocação geográfica de grandes efetivos populacionais. As primeiras interiorizações ocorreram em 5 e 6 de abril de 2018, com cerca de 250 imigrantes interiorizados para São Paulo (SP) e Cuiabá (MT). A terceira interiorização ocorreu em 4 de maio de 2018, com cerca de 240 imigrantes para Manaus (AM) e São Paulo (SP). (BLOG DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017).

Ratificando, além das medidas governamentais tomadas, tem se destacado a iniciativa de realocar imigrantes cadastrados para outras unidades da federação, como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Esta interiorização da imigração venezuelana tem privilegiado aqueles que possuem as melhores qualificações

profissionais, de maneira a favorecer a inserção dos mesmos no mercado de trabalho brasileiro (informação verbal)¹².

Mais um reflexo da crise ora estudada para o Brasil tem sido a possibilidade de rompimento no fornecimento de energia para Roraima. O acordo celebrado em 2001 e que vigorará até 2021 previu a entrega de até 200 megawatts de energia. Ultimamente, porém, têm sido enviados menos de 100 megawatts. Não só a Venezuela, mas também o estado de Roraima têm sido palco de diversos “apagões”. A origem dessa crise energética tem sido problemas como a seca dos reservatórios das hidrelétricas venezuelanas e a falta de manutenção dos equipamentos de interconexão com Roraima. O fato desse estado ainda não estar conectado ao sistema nacional piora o quadro para o Brasil, pois o governo brasileiro tem gerado mais energia a partir de usinas térmicas, que, ainda, não dão conta da necessidade total da região. (O GLOBO, 2016).

Outro impacto para o Brasil tem sido a pressão de Organizações Intergovernamentais (OI), como a ONU, no sentido de inclinar o Governo brasileiro para posicionamentos de receptividade em relação aos imigrantes venezuelanos.

O Estadão (2018) noticiou que, para a ONU, governos da região latino-americana precisam pensar em conceder diferentes tipos de vistos para garantir maior assistência a essa população. A entidade alertou que, sem documentos, esses venezuelanos estão vulneráveis à exploração, tráfico, violência, abuso sexual, discriminação e xenofobia. Ainda, à ONU pediu aos governos que adotem uma resposta pragmática de proteção para o povo venezuelano. Isso incluiu vistos temporários de residência, assim como planos de regularização e acesso a direitos básicos, como hospitais, educação, liberdade de movimento, abrigo e autorização para trabalhar, sendo crucial que os venezuelanos não sejam deportados ou forçados a retornar para seu país.

Por derradeiro, o tema da imigração tem surgido com peso nas disputas eleitorais no Brasil, sendo mais um reflexo político da crise venezuelana.

A crise provocada pelo grande fluxo de **imigrantes venezuelanos** nos últimos dois anos se tornou o principal tema da **pré-campanha** em **Roraima**. Entre os principais pré-candidatos a governador, as propostas para lidar com o tema vão do fechamento completo da fronteira à limitação da entrada de estrangeiros vindos do país vizinho. O assunto também tem despertado o

¹² Informação fornecida pelo General de Brigada Dutra, em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 21 de fevereiro de 2018.

interesse dos presidencialistas. **Jair Bolsonaro** (PSL) e **Marina Silva** (Rede) já visitaram este ano o estado, que geralmente é esquecido nas disputas ao **Palácio do Planalto**. (O GLOBO, 2018, grifo do autor).

Assim, conclui-se, parcialmente, que, os impactos da crise venezuelana para o Brasil, na expressão política do poder nacional, foram marcados pelo forte empenho do Governo brasileiro para remediar os transbordamentos do caos na Venezuela. Dessa maneira, essa concentração de esforços tem alcançado mudanças relevantes, à medida que procura soluções para atenuar os reflexos do fluxo populacional venezuelano para o Brasil.

Desse modo, as situações acima apresentadas buscaram clarificar como o Brasil foi impactado na seara política perante o colapso estatal venezuelano. Tais medidas, apesar da nulidade diplomática entre esses países, tem corroborado o esforço governamental em lidar com a situação caótica apresentada, principalmente no Estado de Roraima.

7.2 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

De acordo com a Publicação da ECEME (2011, p. 10), Introdução à Estratégia, a expressão psicossocial do Poder Nacional é “a manifestação de natureza predominantemente psicológica e social do Poder Nacional [...]”.

Logo, após verificarmos os aspectos legais que gravitam em torno do tema acima em análise, serão tecidas considerações sobre os resultados que a crise da Venezuela tem trazido para o Brasil.

Como já foi relatado, é notório que a América do Sul vivencia uma crise humanitária sem proporções, tendo como grande impulsor desse fenômeno a crise do Estado Venezuelano. Nesse enfoque, o país não apresenta condições mínimas para que seu povo se sinta protegido e confortável, fazendo com que eles saiam de seu país. (PINTO; OBREGON, 2018).

A crise econômica e política da Venezuela é a grande responsável por esse êxodo. Historicamente, a Venezuela é um país que recebe imigrantes e não o contrário. Mas foi no início da gestão de Hugo Chávez (1999-2013) que o movimento migratório também começou, primeiramente encabeçado pela classe média, que passou a deixar o país rumo aos Estados Unidos e à Espanha, principalmente. Depois, os mais pobres passaram a seguir o mesmo caminho. Esse processo aumentou a

partir de 2010 devido ao elevado custo de vida na Venezuela, atrelado à queda no preço do petróleo, que causou um baque na economia venezuelana. (EL PAÍS, 2017).

Esse fluxo migratório para o Brasil tem impactado marcadamente o Estado de Roraima, principalmente os Municípios de Pacaraima e a capital Boa Vista. A prefeitura desta última cidade informou que o número de imigrantes já chega a 10% da população, tendo esse fenômeno iniciado em 2015 e atingindo um grande incremento em 2017. (COSTA; BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018).

A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, tem sofrido os maiores impactos desse deslocamento venezuelano. Outrora, quando não havia o fenômeno migratório em estudo, esse município já tinha dificuldades de fornecer os serviços básicos à população local. Atualmente, com o grande número de imigrantes, os maiores impactos tem sido incisivamente na prestação de serviços, como na educação, na saúde e na segurança pública.

Acerca da educação, segundo informações da Prefeitura de Boa Vista, “De 2015 a 2017, o número de crianças venezuelanas matriculadas em escolas da rede municipal de ensino cresceu 1.064%”. (O GLOBO, 2017).

Segundo a Folha de São Paulo (2018), em quase dois anos, houve o aumento do número de quase 400% do total de estudantes venezuelanos nas escolas de Roraima, fato que fez do espanhol um idioma comum nas salas de aula do Estado. O Governo de Roraima estima ter hoje 1.200 alunos da Venezuela na rede pública de ensino, fato que significa que o total estadual quase triplicou em um ano. Com isso, admitiu-se uma superlotação em algumas salas de aula, apesar de nem todos os refugiados conseguirem vagas.

De acordo com publicado no jornal O Estado de São Paulo (2017), a prefeitura de Boa Vista criou um programa público de educação que poderá mitigar a crise, os reflexos da crise migratória e social e beneficiar crianças de rede de escola municipal. Essa iniciativa visa a inclusão da língua espanhola nos currículos e a contratação de docentes capacitados para essa tarefa.

Do exposto, percebe-se que o setor educacional de Roraima, em especial de Boa Vista, extrapolou suas capacidades de absorção de alunos, existindo diversos óbices, como: vagas disponíveis, capacitação de professores e recursos disponíveis.

Já na seara do Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao quase inexistente tratamento de saúde e medicamentos na Venezuela, muito refugiados já chegaram no Brasil com doenças pré-existentes, ou seja, já necessitando dos serviços públicos de saúde brasileiros. Piorando este quadro, houve o aumento de doenças infectocontagiosas e, até mesmo, o

aparecimento de doenças que já tinham sido erradicadas no Brasil, como o sarampo, fatos que assoberbaram mais ainda o SUS, que já era precário. (MARQUES, 2018).

Em 2014, houve 766 atendimentos hospitalares a venezuelanos nas unidades de emergência do estado. Em 2017, esse número saltou para 18.885. Na única maternidade pública de Boa Vista, foram feitos, em janeiro, 160 partos de venezuelanas, o que equivale à 5 a 6 partos por dia. As unidades hospitalares já estavam perto do limite e agora elas estão sobrecarregadas. Atualmente, quase 30% dos leitos do hospital geral de Boa Vista estão ocupados por venezuelanos. Em Pacaraima, 90% dos atendimentos no hospital são de imigrantes, a maior parte por causa da malária. (ISTO É, 2018).

Nessa seara, outro fato a ser destacado são os filhos da imigração. Têm sido cada vez mais comum venezuelanas grávidas cruzando a fronteira com o Brasil. Em 2017, foram feitos 572 partos de venezuelanas em Roraima, praticamente o dobro do ano anterior. E o número foi ainda mais impressionante na comparação entre os meses de janeiro. No primeiro mês de 2017, foram 12 partos no estado. Em 2018, subiu para 150. Ou seja, uma média de cinco partos por dia. Outrossim, em condições precárias, muitas grávidas venezuelanas têm chegado à maternidade desnutridas e a quantidade de bebês prematuros têm sido alarmante, cenário que aumenta vertiginosamente os gastos com saúde pública. (G1, 2018).

Para a Editoria Mundorama (2017), acerca do desemprego, apesar da consciência do aumento do desemprego no Brasil todo nos últimos anos, reforça-se a dificuldade local sob a alegação de que os venezuelanos estão usurpando os empregos dos brasileiros.

Ainda, devido à grande quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar e a baixa capacidade de absorção dessa mão-de-obra venezuelana, o desemprego tem sido uma máxima. Tal conjuntura tem contribuído para o aumento do trabalho informal, situação que desfavorece a arrecadação fiscal brasileira.

Para o Portal G1 (2017), o desemprego tem crescido no estado, e muitos estrangeiros têm se enfileirado nos semáforos para pedir trabalho ou mesmo se oferecer para serviços informais que dispensem o registro na carteira de trabalho. No primeiro trimestre deste ano uma pesquisa do IBGE revelou que em Roraima a taxa de desemprego ficou em 10,3%, representado um índice nunca registrado no estado.

Ainda, é comum quando se tem um cenário de desemprego que o primeiro segmento a ser atingido seja o dos imigrantes. Neste tocante, a movimentação na sede do Ministério do

Trabalho em Roraima tem aumentado, principalmente, em razão da presença venezuelana, que representa cerca de 70% dos atendimentos diários, objetivando a Carteira de Trabalho. Todavia, apesar desse esforço, tem-se observado a exploração da mão-de-obra venezuelana, que tem ingressado no trabalho informal a fim de obter o seu sustento. (CORREIO DO ESTADO, 2017).

Um reflexo do grande número de venezuelanos desocupados é o aumento da violência no Estado de Roraima. Segundo Roxo (2016), o estado de Roraima registrou em 2016 uma explosão no número de venezuelanos detidos por cometerem crimes, alcançando um total de 80 presos até setembro. Isto representou um aumento considerável de venezuelanos envolvidos em ilícitos, já que em 2015, apenas 12 deles foram presos.

A senadora de Roraima Ângela Portela pediu ajuda federal para conter o aumento da violência em seu estado. Ela lamentou o aumento da criminalidade e ratificou a solicitação do aumento do número de policiais federais e rodoviários federais, assim como a presença mais significativa do Exército nas fronteiras. Segundo a parlamentar, o problema se agravou após o aumento do fluxo migratório de venezuelanos com destino a municípios como Boa Vista e Pacaraima. (SENADO NOTÍCIAS, 2018).

Como isso, o fenômeno migratório em análise tem provocado o emprego das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, por meio da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Esta tropa vem atuando em operações de controle populacional, como Posto de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), ao longo da principal via utilizada pelos imigrantes venezuelanos, a BR-174, conjuntura que tem promovido um aumento de sensação de segurança na população, contribuindo para o fortalecimento da segurança pública (informação verbal)¹³.

De acordo com o comandante geral da Polícia Militar de Roraima (PMRR), Coronel Edison Prola, os índices de violência cresceram consideravelmente em Roraima nos últimos dois anos. Para ele, um dos principais motivos são ações de facções criminosas, organizações cada vez mais presentes nas unidades prisionais do Estado. Outro fator, que também colabora para esse aumento, é a imigração em massa de venezuelanos. Ainda, informou que a rivalidade entre facções é o maior

¹³ Informação fornecida pelo General de Brigada Dutra, em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 21 de fevereiro de 2018.

responsável pelos homicídios. Contudo, em crimes como assaltos, roubos e furtos, a participação de venezuelanos têm sido grande. Dentre os objetos que mais têm sido furtado, os aparelhos celulares se destacam, pois a venda clandestina desses dispositivos têm representado a sobrevivência de venezuelanos que vivem marginalizados em Boa Vista e Pacaraima. (FOLHA WEB, 2018).

Outrossim, um aspecto anormal na cultura brasileira pode estar vindo à tona em Roraima: o xenofobismo. A base étnica e cultural brasileira é formada pela miscigenação de raças e culturas, ou seja, é natural o respeito mútuo e tem sido realmente anormal e pontuais os casos de xenofobismo. Contudo, conforme assevera o ambiente virtual Sputniknews (2018):

[...] uma casa na qual viviam 13 venezuelanos pegou fogo na zona oeste de Boa Vista [...]. O caso foi denunciado por quem estava na residência como um atentado criminoso, e que **estaria ligado à xenofobia** que já vem sendo registrada há meses na cidade. (Grifo nosso)

Contudo, o Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, General de Brigada Dutra, asseverou que a xenofobia existe, mas em grau ínfimo. O que ele observa diariamente é uma coalizão de cidadãos locais em busca de ajudar os venezuelanos desamparados, com alimentos, roupas, etc (informação verbal)¹⁴.

Ademais, práticas xenofóbicas têm sido identificadas no sentido contestatário, responsabilizando o migrante por eventuais dificuldades que ele enfrenta no cotidiano em relação a temas como acesso aos serviços públicos, emprego e violência. Vale destacar que o impacto desses discursos não se restringiu apenas à população local, mais envolvida com o tema, mas também no nível nacional. Em Roraima, o caso mais evidente desse discurso tem ocorrido na área da saúde, pois a justificativa apresentada para a dificuldade de receber um bom atendimento no setor público tem sido colocada nos ombros dos migrantes. (EDITORIA MUNDORAMA, 2017).

Contudo, ratificando o xenofobismo por parte dos brasileiros residentes na fronteira com a Venezuela, especialmente em Pacaraima, em 18 de agosto de 2018, ocorreu um tumulto com atos de violência e destruição em acampamentos de imigrantes venezuelanos. Nesse contexto, a rodovia federal BR-174, que dá acesso aos imigrantes venezuelanos ao Brasil, ficou bloqueada pelos moradores de Pacaraima por cerca de 5 horas. Todo evento foi motivado pelo assalto a um

¹⁴ Informação fornecida pelo General de Brigada Dutra, em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 21 de fevereiro de 2018.

comerciante brasileiro no dia anterior provocado, a priori, por venezuelanos. (G1, 2018).

Mais uma dificuldade concernente ao acúmulo de imigrantes venezuelanos em Roraima é o advento da prostituição. Como não há disponibilidade de empregos e pelo fato de não conseguirem as condições mínimas para sobreviver, muitas mulheres acabam se prostituindo. (PINTO; OBREGON, 2018).

Em Boa Vista, o medo e a vergonha da nova ocupação, prostituta, têm sido comuns entre as venezuelanas. Muitas delas têm ensino superior, tinham outras profissões e têm trabalhado nas ruas seja para conseguir comprar comida, seja para enviar aos parentes que ficaram na Venezuela, ou mesmo para sustentar a família no Brasil. Na fronteira, em Pacaraima, a prostituição também aumentou, segundo moradores e servidores públicos. As mulheres hoje cruzam a fronteira para se prostituir, passam a noite em Pacaraima e voltam no dia seguinte para a Venezuela. (DW, 2016).

Outra decorrência para o Brasil acerca desse fluxo ora estudado é a falta de uma infraestrutura básica para a recepção desses venezuelanos. Devido ao crescente número de imigrantes, os abrigos existentes não estão conseguindo absorver tal efetivo. Ainda, tais locais de acolhimento apresentam baixas condições sanitárias, fato que, aliado aos costumes, por vezes de baixa higiene de alguns indígenas, como os da etnia Warao, vêm potencializando o surgimento e proliferação de doenças infectocontagiosas. (FONSECA, 2017).

Devido à superlotação, as condições ficam precárias e ocupações desordenadas vêm surgindo dentro dos abrigos. Para piorar o quadro em questão, surgiram redes de esgotos improvisados e à céu aberto entre os barracos construídos no entorno dos abrigos, situação que favorece propagação de moléstias. Além disso, os moradores também reclamavam da insegurança, pois ocorriam vários furtos e até consumo de drogas no local. (G1, 2018).

Para Franchi (2017), há um fomento da imigração venezuelana também pela benevolência e permissividade da legislação brasileira, que tem fomentado a regularização dos venezuelanos que ingressam no país. A lei doméstica tem, como já fora comentado, facilitado a regularização do estrangeiro no Brasil, sendo, assim, um fator de atração e estímulo desse movimento populacional.

Mais um impacto para o Brasil que advém da crise venezuelana tem sido a migração da etnia indígena Warao. No Brasil, eles têm sofrido atritos com as comunidades indígenas nativas da Terra São Marcos. Estes indígenas brasileiros têm

condenado o mau comportamento daqueles em Pacaraima, com o abuso de álcool e a violência contra mulheres e crianças. A população de Pacaraima os rotulam como pedintes e preguiçosos. Portanto, há certos óbices para absorção desses indígenas no Brasil. (RORAIMA EM TEMPO, 2018).

Assim, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) determinou a permanência desses indígenas no estado de Roraima, proibindo sua interiorização em solo brasileiro. Desse modo, uma alternativa encontrada para integrar essa etnia foi promover a interação cultural com os índios Wapichana, da região norte do estado. Assim, o governo tem buscado estudar possibilidades para a permanência dos Warao em Roraima. (G1, 2017)

Portanto, infere-se, parcialmente que os reflexos da crise venezuelana suportados pelo Brasil, na expressão psicossocial do poder nacional, foram delineados por diminuição da qualidade dos serviços públicos prestados pelo estado brasileiro para o seu povo. Desse modo, essa precariedade tem obtido resultados catastróficos, ao passo que sobrecarrega a máquina pública, impossibilitando a prestação de um serviço adequado não somente aos brasileiros, mas também aos imigrantes venezuelanos. Ressalta-se que, a qualidade desses serviços já não era boa antes da crise no país vizinho.

Em suma, os fatos, na área psicossocial, resultantes do fenômeno migratório sopesado até o momento, têm impactado de maneira contundente as estruturas sociais brasileiras, em especial no Estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela e vem absorvendo quase que a totalidade desses imigrantes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise venezuelana tem sido um evento duradouro que tem causado maléficas consequências não somente para a população da República Bolivariana da Venezuela, mas também para diversos países limítrofes que sofrem com o transbordamento desse caos para dentro de seus territórios, dentre eles o Brasil.

Em síntese, os impactos do colapso estatal venezuelano, nas expressões política e psicossocial do poder nacional, para o Brasil, foram caracterizados pelas ineficientes ações governamentais brasileiras ante o transbordamento do caos venezuelano para o território do Brasil. Dessa forma, essas medidas impróprias resultaram em prejudiciais consequências para os povos assistidos, à medida que o fluxo migratório da Venezuela tornou-se mais pujante. Destaca-se que as reações governamentais brasileiras alcançaram alguns sucessos. Entretanto, perante à crescente demanda venezuelana em território brasileiro, tais medidas foram perdendo o alcance e a efetividade.

Nesse enfoque, na seara política, um impacto da crise venezuelana foi a adaptação legislativa brasileira para amparar juridicamente as ações governamentais definidas, demonstrando a reação do Governo brasileiro perante a pressão exercida pelos organismos internacionais no sentido de favorecimento à recepção do imigrante venezuelano no Brasil. Como as figuras jurídicas criadas estimularam o movimento migratório da Venezuela para solo brasileiro, essas iniciativas demonstraram estar mais alinhadas com os anseios internacionais do que com os do Brasil, não estando eficazmente adequadas à situação fática vivenciada, sobretudo em Roraima, e desfavorecendo a prestação de serviços públicos nesse estado devido à alta da demanda. Tal situação foi verificada, por exemplo, por ocasião do Decreto de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decretado no estado de Roraima e na Medida Provisória que liberou recursos para o enfrentamento da situação problemática em pauta.

Nesse viés, ainda na expressão política do poder nacional, outra decorrência da crise na Venezuela para o Brasil foi o repúdio do Governo Temer ao regime implantado por Maduro. Este fato foi apontado no esforço do Brasil em retirar a Venezuela do MERCOSUL, assim como na expulsão dos diplomatas feita por ambos os países.

Ainda em relação aos impactos políticos sofridos pelo Brasil ante à crise do país vizinho, mais um reflexo é o distanciamento entre os dois governos nacionais, os

antagonismos entre ambos, fato que enfraqueceu a integração regional, causando, também, uma perda da projeção do poder brasileiro no seu entorno estratégico. Tal quadro foi notado no forte discurso crítico dos líderes do Brasil e da Venezuela, Temer e Maduro, em relação um ao outro. Inclusive, na participação do Brasil do Grupo de Lima, que tem como foco a incisiva crítica ao governo venezuelano.

O oscilante fornecimento de energia da Venezuela para o Brasil, para Roraima, já que esse estado não está conectado ao Sistema Nacional de Energia, tem pressionado o governo brasileiro no sentido de se tomar uma decisão política para dar uma alternativa ante esse óbice ao crescimento do estado roraimense, sendo esse mais uma consequência política de crise venezuelana para o Brasil, já que esse país vem passando por dificuldades energéticas devido, principalmente, à falta de manutenção de sua rede elétrica.

A grande presença venezuelana no estado de Roraima, cerca de 40 mil pessoas, vem polarizando a população local sobre o tema. Alguns apoiam a recepção desses imigrantes e outros são avessos a essa onda migratória. Portanto, a crise venezuelana tem polarizado o povo brasileiro acerca dessa temática, gerando o surgimento desse assunto, com peso, nas disputas eleitorais. Tais manifestações foram observadas perante a possibilidade de xenofobismos na região em pauta, assim como na presença de políticos se posicionando sobre esse tema para os eleitores roraimenses.

Um importante caso, que ratificou a postura xenofóbica por parte de alguns brasileiros, foi o movimento populacional em Pacaraima que provocou a destruição de abrigos de venezuelanos e diversas agressões a esses imigrantes. Esse episódio foi uma reação ao assalto de um comerciante local que teria tido a autoria de venezuelanos. (G1, 2018).

Nesse contexto, no campo psicossocial, outra impactante consequência do caos instaurado na Venezuela foi a sobrecarga nos serviços públicos brasileiros, particularmente no estado de Roraima. Este panorama foi verificado por meio da baixa performance da saúde, educação e segurança públicas em Roraima.

Nessa conjuntura, na expressão psicossocial do poder nacional, a falta de capacidade de absorção desse montante de imigrantes venezuelanos foi outro aspecto decorrente da crise venezuelana. Aqui, notou-se tal implicação devido ao aumento do desemprego, da prostituição e do emprego informal e também pela falta de infraestrutura dos abrigos que vêm recebendo os imigrantes venezuelanos.

O desenfreado fluxo migratório venezuelano para o Brasil, sobretudo para Roraima, tem provocado a concentração de venezuelanos, mormente, em Pacaraima e Boa Vista. Nestas cidades, esses imigrantes se instalam de maneira precária em abrigos improvisados pelo poder públicos local e, diariamente, lutam pela sobrevivência própria e de suas famílias que, por vezes, ainda estão na Venezuela. Sendo assim, esse deslocamento de venezuelanos não contribui para ocupar vazios demográficos, tampouco para a fixação desses estrangeiros no Brasil.

O efetivo desse povo estrangeiro em território brasileiro tem ocasionado certos conflitos culturais. Como exemplo, a etnia indígena venezuelana *Warao*, devido às suas características específicas, tem criado certo preconceito em segmentos da população roraimense, que rotula tais indígenas como “pedinte e preguiçoso”. Então, essa postura de alguns brasileiros favorece a formação de quistos raciais e também o xenofobismo.

As oportunidades de trabalho no Brasil, especialmente em Roraima, já não eram adequadas antes da crise venezuelana. Com o fluxo de venezuelanos para o Brasil, aumentou a quantidade de pessoas desempregadas ou desocupadas, principalmente no estado roraimense, pois não havia capacidade de absorver a excessiva disponibilidade de mão-de-obra nessa região. Destarte, o caos no estado venezuelano aumentou o desemprego e o subemprego no Brasil. Ademais, favoreceu também o emprego informal, desfavorecendo a arrecadação fiscal brasileira.

Outro relevante impacto que o Brasil tem sofrido na expressão psicossocial como reflexo da crise na RBV foi o aumento do número de doenças infectocontagiosas e o surgimento de outras enfermidades que já tinham sido erradicadas, como o sarampo. Não houve um controle sanitário para o ingresso desses estrangeiros no Brasil, tendo o Governo brasileiro que tomar medidas para conter o crescimento de algumas doenças, como vacinação desses imigrantes. O advento da prostituição de venezuelanas tem contribuído para o agravamento desse quadro na saúde, contribuindo para o aumento e proliferação de algumas doenças, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA).

Por fim, o regime instalado na Venezuela por Nicolas Maduro vem promovendo diversas barbáries que resultam não só na instauração e manutenção do caos interno naquele país, mas também no transbordamento dessa crise para o Brasil, principalmente devido ao crescente fluxo migratório de venezuelanos, especialmente para Roraima. Tal cenário tem contribuído para o enfraquecimento da paz social

brasileira, assim como para o isolamento da República Bolivariana da Venezuela, sobretudo na América do Sul.

REFERÊNCIAS

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (1951). **Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados**. 1951. Genebra: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/Publicacoes/2007/5754>. Acesso em: 3 de junho de 2018

_____. **Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto**. 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (1951). **Refúgio no Brasil: uma análise estatística de janeiro de 2010 a outubro de 2014**. 2014. Genebra: Organização das Nações Unidas. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014. Acesso em: 03 junho de 18.

_____. **Protegendo refugiados no Brasil e no Mundo**. Brasília, p. 8-9, 2016. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Protegend_o_Refugiados_no_Brasil_e_no_Mundo_2016.pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

AZEVEDO, C. M. & AZEVEDO, A. G. (1994). **Metodologia Científica. Contributos práticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos**. Porto, Edições da Universidade Católica Portuguesa.

BACOCINA, Denize. **Brasil e Venezuela: Aproximação e afastamento nos governos Lula e Chávez – 2003 a 2008**. Tese (Mestrado). UnB. Brasília, 2008.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

BATISTA, Aline. **Relações Diplomáticas entre Brasil e Venezuela**. 2018. Disponível em: <https://www.internacionalidades.com/single-post/2018/02/04/Relações-Diplomáticas-entre-Brasil-e-Venezuela>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BAZZO, Gabriela; FRANCO, Marina. **Mercosul suspende direitos políticos da Venezuela por 'ruptura da ordem democrática'**: A decisão foi aprovada por unanimidade e anunciada neste sábado (5), após uma reunião em São Paulo. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-direitos-politicos-da-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democratica.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BBC. **Chávez afirma que derrotou a greve na Venezuela**: Chávez afirma que derrotou a greve na Venezuela. 2003. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030202_venezuelaml.shtml. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. **E agora? 4 pontos-chave para entender a polêmica sobre a Constituinte na Venezuela.** 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40777894>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Governo de Chávez diz que aceita acordo, mas faz ressalvas.** 2003. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030509_venezueladi.shtml>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. **Morre o presidente da Venezuela Hugo Chávez.** 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/121231_chavez_morte_lk.shtml>. Acesso em: 26 maio 2018.

_____. **Protestos pressionam governo na Venezuela; entenda a crise.** 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140217_protestos_venezuela_entenda_cc>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BIJOS, Leila; OLIVEIRA, Jackeline Nunes de. **A legitimidade da guerra nos estados fracassados.** 2011. *Revista Cej*, Brasília, v. 15, n. 54, p.60-72, Jul-Set 2011.

BLOG DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Brasil). **Operação Acolhida em Roraima: ação de solidariedade.** 2017. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/operacao-acolhida-em-roraima-acao-de-solidariedade.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BORGES, Fábio. **As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto.** 2011. Disponível em: <https://alsafi.ead.unesp.br/bitstream/handle/11449/106301/borges_f_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** BRASÍLIA, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018. **Câmara dos Deputados.** Brasília, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9286-15-fevereiro-2018-786171-publicacaooriginal-154866-pe.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. Lei n. 9.474, de 22 de julho 1997. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Justiça. **Refúgio em números.** 2018. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **MRE. Declaração de Lima.** 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASLAUSKAS, Ligia. **Veja o que causou o golpe contra Hugo Chávez na Venezuela**. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/venezuela/o_golpe.shtml>. Acesso em: 23 maio 2018.

CALDEIRA, João Paulo. **A Declaração de Cartagena e a proteção aos refugiados**. 2014. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/a-declaracao-de-cartagena-e-a-protecao-aos-refugiados>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CARMENT, David. *Assessing State failure: implications for theory and policy*. *Third World Quarterly*, v. 24, n. 3, 2003.

CHARLEAUX, João Paulo. **O que há de ditadura e de democracia na Venezuela, segundo 3 venezuelanos**. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/13/O-que-ha-de-ditadura-e-de-democracia-na-Venezuela-segundo-3-venezuelanos>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CHAVES, Alan. **Exército intensifica fiscalização com reforço de 100 militares em RR, na fronteira com a Venezuela**: Venezuelanos e brasileiros que saem de Pacaraima têm bagagens revistadas. Fiscalização também ocorre em trilhas clandestinas usadas por imigrantes sem documentação e criminosos.. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/exercito-intensifica-fiscalizacao-com-reforco-de-100-militares-em-rr-na-fronteira-com-a-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. **Prefeito de Pacaraima, RR, estuda decretar situação de calamidade por conta da imigração venezuelana**: Cidade é porta de entrada dos venezuelanos no Brasil. Juliano Torquato (PRB) diz que áreas como saúde, educação e segurança estão afetadas: 'queremos ajuda do Governo Federal', diz.. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeito-de-pacaraima-rr-estuda-decretar-situacao-de-calamidade-por-conta-da-imigracao-venezuelana.ghtml>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

COIMBRA, Eric Araújo Dias. **O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo**. Dissertação de mestrado – UFSC. Florianópolis, 2009.

CORREIO DO ESTADO (Brasil). **Fugindo da crise na Venezuela, imigrantes tentam emprego em Roraima**. 2017. Disponível em: <<https://www.correiodoestado.com.br/brasil-mundo/fugindo-da-crise-na-venezuela-imigrantes-tentam-emprego-em-roraima/308631/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

COSTA, Emily; BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. **Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boja-vista.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

DEFEFANET (Brasil). **Operação Acolhida em Roraima**. 2018. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/aciso/noticia/29209/Operacao-Acolhida-em-Roraima--acao-de-solidariedade/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

DM. **A crise na Venezuela: o posicionamento do Brasil:** A falta de envolvimento acaba esvaziando parte da liderança brasileira. 2017. Disponível em: <<https://www.dm.com.br/opiniao/2017/12/a-crise-na-venezuela-o-posicionamento-do-brasil.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

DOORNOBOS, Martin. ***State collapse and fresh starts: some critical reflections.*** *Development and Change*, v. 33, n. 5, p. 797-815, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global.** São Paulo: UNESP, 2005.

DW. **Venezuelanas se prostituem no Brasil para comprar comida.** 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/venezuelanas-se-prostituem-no-brasil-para-comprar-comida/a-36708134>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ECEME. **Elaboração de projetos de pesquisa na ECEME.** Rio de Janeiro: Departamento de Pesquisa e Pós-graduação, 2012.

_____. **Introdução à estratégia.** 2011. Disponível em: <http://cp.eceme.ensino.eb.br/docs/Introd_Estrat11.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

Editoria Mundorama. **O transbordamento no Brasil da tensão na Venezuela**, por João Carlos Jarochinski Silva". Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23850>>. Acesso em 14 mar. 2018

_____. **"Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país**, por Gustavo Simões". Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=23834>>. Acessado em 03 jun. 2018.

EFE. **Hugo Chávez declara ter se curado de câncer:** Presidente afirmou ter 'derrotado' o câncer em telefonema à TV estatal e disse não estar mais 'doente'. 2011. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,hugo-chavez-declara-ter-se-curado-de-cancer,770854>>. Acesso em: 26 maio 2018.

_____. **Hugo Chávez: cronología de casi 15 años de Gobierno bolivariano.** 2013. Disponível em: <<https://www.20minutos.es/noticia/1749945/0/hugo-chavez/muerte-cronologia/gobierno-venezuela/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

EL PAÍS . **“Na Venezuela não há comida, mas no Brasil sim”:** a nova fuga da fome na fronteira do norte: Escassez de alimentos e crise econômica fazem explodir os pedidos de refúgio de venezuelanos no Brasil e causam impasse para as autoridades brasileiras indígenas. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/11/politica/1489193658_888279.amp.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Brasil faz aceno a imigrantes da Venezuela, mas volta atrás um dia depois:** Portaria que concede residência temporária de dois anos a cidadãos do país foi revogada um dia após sua publicação. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/24/politica/1487949998_145659.html>. Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. **Venezuela dá as costas ao chavismo.** 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/internacional/1449454340_373673.html>. Acesso em: 26 maio 2018.

ELMUNDO.ES. **Hugo Chávez se proclama ganador del referéndum entre acusaciones de fraude de la oposición.** 2004. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2004/08/16/internacional/1092625067.html>>. Acesso em: 23 maio 2018.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Justiça isenta venezuelanos de taxas para pedir residência.** Rio de Janeiro: Globo, 01 ago. 2017. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/08/justica-isenta-venezuelanos-de-taxas-para-pedir-residencia.html>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

ÉPOCA. **A malsã passividade do Brasil diante de Maduro:** O Itamaraty precisa alertar o presidente da Venezuela que ele seguirá sozinho em sua abilolada aventura rumo às ruínas do passado autoritário latino-americano. 2015. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/malsa-passividade-do-brasil-diante-de-bmadurob.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ESCORREGA, Luís Falcão. **Das Novas Crises:** Breves Contributos para a Sua Clarificação Conceptual, *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. 2010. http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=765 . Acesso em 08 Abril de 2018.

ESG. **Manual básico:** elementos fundamentais. P. 32, 2014. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/manuais/ManualBasico12014.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

EXAME. **Casa Civil rebate RR e diz que governo já repassou R\$ 128 mi para saúde:** Com ação para exigir fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela, a governadora do estado critica a atuação do governo federal na crise migratória. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/casa-civil-rebate-rr-e-diz-que-governo-ja-repassou-r-128-mi-para-saude/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Chávez não pôde assumir o que seria seu quarto mandato.** 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/chavez-nao-pode-assumir-o-que-seria-seu-quarto-mandato-presidencial/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI:** dicionário da língua portuguesa Aurélio. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FGV ENERGIA. **Precisamos falar sobre a Venezuela:** Impactos Petropolíticos e Reflexos para o Brasil. Rio de Janeiro: Fgv, dez. 2017. Disponível em: <<http://fgvenergia.fgv.br/opinioes/precisamos-falar-sobre-venezuela-impactos-petropoliticos-e-reflexos-para-o-brasil>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Quintuplica total de venezuelanos em escolas de Roraima, e já faltam vagas.** 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/quintuplica-total-de-venezuelanos-em-escolas-de-roraima-e-ja-faltam-vagas.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Brasil permitirá residência permanente a migrantes da Venezuela.** São Paulo, 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/brasil-permitira-residencia-permanente-a-migrantes-da-venezuela.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

FOLHA WEB. **Facções contribuem para o aumento da violência em RR.** 2018. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Faccoes-contribuem-para-o-aumento-da-violencia-em-RR/39554>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Roraima é o Estado menos populoso, diz IBGE:** População está crescendo mais devagar, mas os desafios são maiores. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Roraima-e-o-estado-menos-populoso--diz-IBGE/31805>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

FONSECA, Vandr . **Crise na Venezuela:** Plano de contingência inclui “abrigo de passagem” na fronteira de Roraima. 2017. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-plano-de-contingencia-inclui-abrigo-de-passage-na-fronteira-de-roraima/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

FORBES. **Venezuela:** Produção de petróleo vai a menor nível desde 1989, diz Opep. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/5192911/venezuela-producao-de-petroleo-vai-menor-nivel-desde-1989-diz-opep>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FOREIGN POLICY; FUND FOR PEACE. **The Failed States Index 2005.** Disponível em http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3098. Acesso em 08 abril 2018.

FRANCHI, T ssio. **A diáspora venezuelana no contexto sul-americano e seus impactos para o Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://www.eceme.eb.mil.br/instituto-meira-mattos-imm>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

FRANCO, Luis Henrique Santos. **Expressões política e militar da Venezuela p s-1998: implicações para o Brasil.** Dissertação de Mestrado – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

FRANCO, Mariana. **Crise na Venezuela:** Veja a cronologia do agravamento da situação do país. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/crise-na-venezuela-veja-cronologia-do-agravamento-da-situacao-do-pais.html>>. Acesso em: 26 maio 2018.

FUKUYAMA, Francis. **A Construção de Estados:** Governo e organização no século XXI. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2004.

_____. **Construção de Estados.** São Paulo: Rocco, 2005.

G1 (Brasil). **Centenas de venezuelanos são levados para estádio e abrigo é reestruturado em Boa Vista.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/centenas-de-venezuelanos-sao-levados-para-estadio-e-abrigo-e-reestruturado-em-boa-vista.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Cidade de RR na fronteira com a Venezuela tem tumulto após assalto a comerciante:** Assessoria do Exército informou que moradores praticaram atos de violência e destruição em acampamento de venezuelanos.. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. **EUA chamam reeleição de Maduro de farsa; veja repercussão internacional:** Presidente foi reeleito com 67,7% dos votos em votação marcada por denúncias de fraude, boicote da oposição e alta abstenção. Rússia considera que resultado é irreversível.. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-repercussao-internacional-da-reeleicao-de-maduro-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. **Fugindo da crise na Venezuela, imigrantes tentam emprego em RR e pedidos de carteira de trabalho disparam.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fugindo-da-crise-na-venezuela-imigrantes-tentam-emprego-em-rr-e-pedidos-de-carteira-de-trabalho-disparam.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Índios refugiados da Venezuela terão interação cultural em aldeias de RR.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/03/indios-refugiados-da-venezuela-terao-interacao-cultural-em-aldeias-de-rr.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GEHRE, Thiago. **O significado da parceria Brasil-Venezuela.** Carta Internacional, dez. 2010. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/547/292>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HELMAN, Gerald B.; RATNER, Steven R. ***Saving failed States.*** *Foreign Policy*, n. 89, 1993.

ILUMINA. **Venezuela fecha acordo sobre setor petróleo.** 2006. Disponível em: <<http://www.ilumina.org.br/estado-retoma-32-campos-de-petroleo/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

International Security Implications. Oxford : Routledge for the International Institute for Strategic Studies, p. 95, 2005.

ISTO É (Brasil). **Uma fronteira em pé de guerra:** Imigração em massa de venezuelanos se transforma em problema dramático para Roraima e leva o governo

federal a decretar emergência social e criar força tarefa para apoiar o estado. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/uma-fronteira-do-brasil-em-pe-de-guerra/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

JARDIM, Cláudia. **Chávez vence referendo e conquista reeleição ilimitada**. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/02/090216_venezuela_resultado_rc>. Acesso em: 26 maio 2018.

JORNAL DA UNICAMP. **A legislação é criticada por burocratizar a emissão do visto humanitário, dispositivo que regulariza a estadia dos migrantes no Brasil**. Campinas, 31 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/01/31/nova-lei-de-migracao-ignora-drama-de-indigenas-venezuelanos>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo, Editora Método, 2007, p. 17.

KRASNER, Stephen D. **Failed states and shared sovereignty**. Working paper, *Global Security*, 2000.

LAFUENTE, Javier. **Isolamento global da Venezuela aumenta depois da Constituinte**: Potências da América Latina resistem à medida de Maduro, que os Estados Unidos incluíram na lista dos sancionados. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/31/internacional/1501522342_637988.html>. Acesso em: 06 abr. 2018.

LAGO, Rodrigo. **Venezuela: golpe ou respeito à Constituição?** 2013. Disponível em: <<http://www.osconstitucionalistas.com.br/venezuela-golpe-ou-respeito-a-constituicao>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

LOESCHER, Gil; MILNER, James. **Protracted Refugee Situation in Thailand: Towards solutions**. Presentation to the Foreign Correspondents' Club of Thailand. 2006. Disponível em: <<http://www.refugees.org/uploadedFiles/Investigate/Anti-Warehousing/Countries/Loescher%20and%20Milner%20060201%20PRS.pdf>>. Acesso em: 08 abril 2018.

LOPES, Mariana de Oliveira. **Imperialismo, petróleo e “revolução bolivariana”: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Marília, 2009.

MARCO, Daniel García. **Assembleia da Venezuela declara 'abandono de cargo' de Maduro**: Que efeito prático isso pode ter? 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38568377>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MARIN, Pedro. **Disputa pela Venezuela se acirra**. 2017. Disponível em: <<http://revistaopera.com.br/2017/07/26/disputa-pela-venezuela-se-acirra/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MARQUES, Marcelo. **Roraima declara surto de sarampo no estado e antecipa campanha de vacinação**: Doença estava erradicada desde 2015; Seis casos já foram confirmados. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/roraima-declara-surto-de-sarampo-no-estado-antecipa-campanha-de-vacinacao-22457533>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Disponível em: <<http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/4219/mazzuoli-curso-de-direito-internacional-publico-1-120.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MELLO, Daniel. **Mercosul suspende novamente Venezuela por ruptura da ordem democrática**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-08/mercosul-suspende-novamente-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democratica>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

MIGOWSKI, Eduardo. **Guia básico para você entender a crise venezuelana**: Uma análise da Venezuela para além da polarização: os motivos que causaram sua crise podem ser bem diferentes do que você pensa. 2017. Disponível em: <<https://voyager1.net/mundo/o-basico-para-entender-a-crise-venezuelana/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

MORAES, Trajano de. **A cubanização da Venezuela**: As ironias do destino, os avanços lentos de Cuba e a falência do chavismo. 2016. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/cidades/a-cubanizacao-da-venezuela/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MOREIRA, J. B. A proteção internacional aos refugiados e a legislação brasileira (Lei Federal 9.474/97). In: MENEZES, W. (Org.). **Estudos de Direito Internacional**: anais do 2º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Curitiba: Juruá, v. 2, p. 46 – 52,

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, 2007.

NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. **New Perspectives on Liberal Peacebuilding**. Hong Kong, p. 400, 2009.

NUNES, Juliana César. **Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-12/municipio-em-roraima-vive-crise-para-dar-atendimento-migrantes-da>>. Acesso em: 14 mar. 2018

NUNES, Tiago. **Um panorama histórico das relações Brasil-Venezuela**. Porto Alegre- RS: Revista Conjuntura Austral - UFRGS, v. 2, 2011.

O ESTADÃO. **Entidade da ONU pede que governos abram suas fronteiras para venezuelanos.** 2018. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,entidade-da-onu-pede-que-governos-abram-suas-fronteiras-para-refugiados-venezuelanos,70002224867>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Roraima busca professores de espanhol.** São Paulo, 06 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/2762555/roraima-busca-professores-de-espanhol>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

O GLOBO (Brasil). **Crise energética na Venezuela afeta Roraima: Falhas são frequentes.** Parte do fornecimento do estado vem do país vizinho. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/crise-energetica-na-venezuela-afeta-roraima-19334232>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Governo de Roraima pede ao STF para fechar fronteira com a Venezuela e impedir entrada de imigrantes: Ação civil pede ainda mais recursos para suprir custos com saúde e educação no estado.** 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-de-roraima-pede-ao-stf-para-fechar-fronteira-com-venezuela-impedir-entrada-de-imigrantes-22587813>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Governo Federal publica MP de R\$ 190 mi para atender imigrantes em Roraima: Medida Provisória é para "assistência emergencial e acolhimento humanitário"; mais de 40 mil venezuelanos estão na capital.** 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-federal-publica-mp-de-190-mi-para-atender-imigrantes-em-roraima-22480605>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Chefe do Acnur diz que pedirá apoio internacional para o Brasil lidar com imigração venezuelana: Diplomata italiano Filippo Grandi afirma que Brasil deu uma resposta 'satisfatória', mas precisa de ajuda..** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/chefe-do-acnur-diz-que-pedira-apoio-internacional-para-o-brasil-lidar-com-imigracao-venezuelana.ghtml>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. **Guru do 'socialismo do século XXI' ataca Maduro.** 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/guru-do-socialismo-do-seculo-xxi-ataca-maduro-10395247>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **Maduro decreta estado de 'emergência econômica' na Venezuela: Decisão foi publicada no 'Diário Oficial' venezuelano. Medida dá uma série de poderes ao presidente Maduro para combater crise..** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/maduro-decreta-estado-de-emergencia-economica-na-venezuela.html>>. Acesso em: 26 maio 2018.

_____. **Mercosul reconhece 'ruptura' da democracia na Venezuela, diz Temer: No comando do bloco, presidente brasileiro fez declaração em encontro de cúpula na Argentina. Venezuela está atualmente enfrentando crise política e série de protestos..** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-nao>>

vai-se-omitir-frente-a-eventuais-retrocessos-diz-temer-sobre-venezuela.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. **Número de crianças venezuelanas em escolas municipais de Boa Vista cresce mais de 1000% em dois anos:** Dados foram divulgados nesta segunda-feira (27) pela Prefeitura de Boa Vista. Secretaria de Educação estuda a possibilidade de inserir a língua espanhola no ensino municipal. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/numero-de-criancas-venezuelanas-em-escolas-municipais-de-boa-vista-cresce-mais-de-1000-em-dois-anos.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Parlamento da Venezuela suspende sessão após Justiça anular ações:** Justiça tomou decisão devido à posse de 3 deputados impugnados. Oposição, que controla o Congresso, disse que eles continuarão atuando.. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/parlamento-da-venezuela-suspende-sessao-apos-justica-anular-acoes.html>>. Acesso em: 26 maio 2018.

_____. **Por dia, 800 venezuelanos entram no Brasil pela cidade de Pacaraima (RR):** Muitos vão a pé até a capital Boa Vista, a 220 quilômetros. O êxodo tem cenas de fome e desespero.. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/02/por-dia-800-venezuelanos-entram-no-brasil-pela-cidade-de-pacaraima-rr.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Reeleição de Maduro é mais um passo na consolidação de ditadura:** Maduro se aferra ao poder respaldado por instituições reformuladas a serviço do regime.. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/reeleicao-na-venezuela-ratifica-ditadura.ghtml>>. Acesso em: 26 maio 2018.

OLIVEIRA, Eliane. **Em resposta à Venezuela, Brasil decide expulsar principal diplomata do país:** Itamaraty se adianta a notificação oficial de Caracas, que não chegou dias após anúncio. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/em-resposta-venezuela-brasil-decide-expulsar-principal-diplomata-do-pais-22229999>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

ONU. **Avanços e desafios da proteção aos refugiados no Brasil.** Brasília: ONUBr, dez. 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/01/UN-Position-Paper-Protection-of-Refugees.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **Refugiado ou Migrante?:** O ACNUR incentiva a usar o termo correto. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>> Acesso em: 13 Mar. 2018.

OSUL. **Supremo anula julgamento de Maduro pelo Parlamento da Venezuela.** Disponível em: <<http://www.osul.com.br/supremo-anula-julgamento-de-maduro-pelo-parlamento-da-venezuela/>>. Acesso em: 26 maio 2018

PÁDUA, Adriana Suzart de. **Milícia Nacional Bolivariana:** O povo em armas para a defesa e segurança da Venezuela. Artigo de Mestrado. – UNESP, Franca, [200?].

Disponível em: <[http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD_XX_Encontro/PDF/Autores e Artigos/ADRIANA SUZART DE PÁDUA.pdf](http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD_XX_Encontro/PDF/Autores_e_Artigos/ADRIANA_SUZART_DE_PÁDUA.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2018.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. **A Síria se tornou um estado falido, mas quem o deixou assim?** 2015. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/síria-se-tornou-um-estado-falido-mas-quem-a-deixou-assim-1.990271>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

PINTO, Lara Constantino; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. **A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil.** 2018. Disponível em: <www.derechoycambiosocial.com>. Acesso em: 13 mar. 2018.

PRANGE, Astrid. **Queda do preço do petróleo abala economia da Venezuela.** 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/queda-do-preço-do-petróleo-abala-economia-da-venezuela/a-18090986>>. Acesso em: 26 maio 2018.

PRESSE, France. **Parlamentares da Venezuela perdem imunidade parlamentar por decisão do Supremo.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/parlamentares-da-venezuela-perdem-imunidade-parlamentar-por-decisao-do-supremo.ghml>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Venezuela: as 14 eleições da era Chávez.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/09/venezuela-as-14-eleicoes-da-era-chavez.html>>. Acesso em: 26 maio 2018
Princeton University Press, 2004.

QUADROS, Bruno; QUADROS. **Os Estados fracassados como fator de instabilidade internacional: uma visão brasileira.** *Intellector*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.1260-1807, jun. 2007.

RARFIX. **Relações entre Brasil e Venezuela.** 2018. Disponível em: <<https://rarfix.org/as-relacoes-entre-o-brasil-e-a-venezuela-a-geopolitica-infoescola/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

RAWLINS, Carlos Garcia. **ONU pede ao Supremo que reconsidere controle do Parlamento: Governo Maduro nega golpe de Estado; comunidade internacional faz duras críticas.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/venezuela-onu-pede-ao-supremo-que-reconsidere-controle-do-parlamento-21141407>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

RIBEIRO, Fernando Henrique Buffulin; LOPES, Guilherme Bernuy. **Requisitos de formação dos estados e sua capacidade.** Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/agfJHexESY3i18s_2014-12-15-19-3-14.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

RODENBUSCH, Bruno Marasquin et al. **Direitos dos refugiados: proteção e efetivação no ordenamento jurídico brasileiro.** 2016. Disponível em: <<http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/400/347>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

RORAIMA EM TEMPO (Roraima). **Mais de 1200 índios Warao estão vivendo em abrigos em Roraima.** 2018. Disponível em: <<http://roraimaemtempo.com/mais-de-1200-indios-warao-estao-vivendo-em-abrigos-em-roraima/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ROTBURG, Robert I. ***Nation-state failure: a recurring phenomenon?*** 2003. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/cia/nic2020/panel2_nov6.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. ***The New Nature of Nation-State Failure.*** 2002. Disponível em: Acesso em: <https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/demokratie/The_New_Nature_of_Nation-State_Failure_Rotberg_2002_en.pdf>. Acesso em 14 jul. 2018.

_____. ***When the states fail: causes and consequences.*** New Jersey: Princeton University Press, 2004. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/itc/journalism/stille/Politics%20Fall%202007/Readings%20--%20Weeks%201-5/Rotberg%20--%20failed%20states.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

ROXO, Sérgio. **Venezuelanos levam o caos a Roraima:** Onda de imigrantes muda vida de Pacaraima, com explosão de violência e questões sociais. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/venezuelanos-levam-caos-roraima-20419502>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SADER, Emir. **Era Chávez:** A Venezuela antes e depois do surgimento da figura política e da liderança de seu atual presidente. 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-era-chavez>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

SALVADOR, Breno. **Temer endurece com Maduro enquanto reforça fronteira:** 'Estamos em um embate diplomático com a Venezuela', diz presidente. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/temer-endurece-com-maduro-enquanto-reforca-fronteira-22387288>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SANTOS, Fernanda Naomi Zaphiro Pessoa; VASCONCELOS, Thamires Marques. **Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática.** Nova Iguaçu, p. 12, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465525214_ARQUIVO_VenezuelanosnoBrasil-dacriseeconomicaparaacrisepoliticaemidiatica.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

SANTOS, Haroldo Eurico Amoras dos. **Evolução e perspectivas da relação venezuelana-brasileira.** P. 11, 2009. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_42510-1522-1-30.pdf?150914203238>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SCHARFENBERG, Ewald. **Venezuela é o segundo país mais perigoso do mundo.** 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/30/internacional/1419976892_348730.html>. Acesso em: 11 mar. 2018.

SCHUSTER, Kathleen. **Petróleo bênção e maldição na Venezuela**. 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/petróleo-é-bênção-e-maldição-para-venezuela/a-38492277>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

SENADO NOTÍCIAS (Brasil). **Ângela Portela pede ajuda federal para conter aumento da violência em Roraima**. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/11/angela-portela-pede-ajuda-federal-para-conter-aumento-da-violencia-em-roraima>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SOUZA, Leisa Cardoso de. **Estados falidos: conceitos e uma análise comparativa do termo na pós-graduação no Brasil**. 2010. 88 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA, Renato. **Apoio a ações em Roraima**. 2018. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/resenha/display/-/asset_publisher/9B8lpAnDp1we/content/apoio-a-acoes-em-roraima>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SPUTNIKNEWS. **Medo e falha do Estado explicam xenofobia contra venezuelanos em Roraima, diz ativista**. 2018. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/brasil/2018021010484864-xenofobia-refugiados-venezuelanos-roraima/>. Acesso em: 14 mar. 2018
Strategic Studies, 2005.

TCA. (1979) **Tratado de Cooperação Amazônica**. Disponível em: http://www.otca.info/portal/admin/_upload/tratado/O_TRATADO_DE_COOPERACAO_AMAZONICA_PT.pdf.

TERRA. **Entenda a crise na Venezuela**. 2002. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI75358-EI294,00-Entenda+a+crise+na+Venezuela.html>>. Acesso em: 23 maio 2018.

THÜRER, Daniel. *An internal challenge: Partnerships in fixing failed States*. *Harvard International Review*, v. 29, n. 4, p. 42-45, 2008.

TRINDADE, Antônio Augusto Cansado. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948 – 1997) : as primeiras cinco décadas**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

URRUTIA, Edmundo González. **As relações entre Brasil e Venezuela: do vizinho ausente à parceria estratégica**. [ca. 2015]. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_43387-1522-5-30.pdf?151124132938>. Acesso em: 02 jun. 2018.

USI, Eva. **Cronologia da crise na Venezuela**. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/cronologia-da-crise-na-venezuela/a-18488059>>. Acesso em: 26 maio 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

VIEIRA, Mariana de Oliveira Lopes. **O debate teórico sobre o governo Chávez: paradoxos do chavismo na Venezuela**. 2016. 226 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Políticas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, p. 41, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305717/1/Vieira_MarianadeOliveiraLopes_D.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, Nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jun 2018.

VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela: mudanças políticas na era Chávez**. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 55, p. 153-172, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Maio 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Venezuela e Brasil na política internacional: cooperação bilateral e inserção mundial**. 1996. Disponível em: <<http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=223&sid=41>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: UnB, 2004.

WELLE, Deutsche. **Queda do petróleo leva Venezuela à beira do colapso**. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/queda-do-petroleo-leva-venezuela-a-beira-do-colapso-741.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

WOODWARD, Susan L. **Estados falidos, o peso das palavras**. *Enjeux Internationaux*, 2006. Disponível em: <<http://www.enjeux-internationaux.org/articles/num11/pt/estados.htm>>. Acesso em: 27 maio 2019.

XAVIER, Fernando César Costa. **Migrações internacionais na Amazônia brasileira: impactos na política migratória e na política externa**. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, UnB, Brasília, 2012.